



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 06

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em
20 de Dezembro de 2025



Assembleia Municipal

ACTA N.º 6

-----Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, no Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de António Gonçalves Cardoso, sendo secretariado pelos Senhores Deputados Érica Geraldês Castanheira e Luís da Silva Moreira Gomes, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer “bom dia a todos, está aberta a sessão da Assembleia Municipal. Uma saudação também para todos aqueles que nos acompanham online. Bom trabalho para todos.-

-----Gostaria que ao longo das várias sessões que houvesse a maior cordialidade e o maior respeito por todos os aqui presentes e para dignificarmos esta Assembleia. É importante respeitarmo-nos uns aos outros, fazer as discussões com elevação e, acima de tudo, com respeito e também com a liberdade que nos é concedida neste mandato.”-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Segundo Secretário da Mesa**, para proceder à chamada nominal.-----

-----O senhor deputado **Luís Gomes** começou a sua intervenção dizendo “permitam-me que faça uma saudação especial às bancadas do PS e do PSD. É com prazer que se vêem aqui caras novas, há uma renovação quer de um lado quer do outro, e é bom para a democracia haver essa renovação, porque haverá com certeza novas ideias, a discussão de novos assuntos. Saúdo em particular a bancada os deputados eleitos pelo Partido Socialista. Uma referência ao deputado eleito pelo CHEGA, em alternância à CDU, que deixou de ter representação nesta Assembleia, e também aos novos elementos da bancada do PSD. Também uma palavra aos novos Presidentes de Junta e àqueles que foram reeleitos. Tal como o Senhor Presidente já referiu, desejo a todos que façam um bom trabalho ao longo deste mandato.”-----

-----Responderam à chamada os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----António Gonçalves Cardoso, Rui Manuel Freitas Dias, Érica Geraldês Castanheira, Rodrigo Fernando Gouveia Oliveira, Luís da Silva Moreira Gomes, Helena Cristina da Gama Dias, Christophe Rodrigues Coimbra, Guilherme Borges de Brito Correia, Ana Beatriz Batista Seco, Rui Pedro Ferreira de Sousa de Matos, Adelino Antunes de Almeida, Ana Sofia Brás Antunes, Raul Agostinho Simões Martins, Patrícia Isabel Costa Cordeiro, Maria José das Neves Fernandes Silva, Francisco Rafael Gonçalves Afonso, em substituição de José Conde, Pedro



Assembleia Municipal

Alexandre Pinto Alves, em substituição de Vítor Almeida, Sandra Marisa dos Santos Duarte, José Miguel Nunes Duarte Marques, Jorge Daniel Nunes Neves e Ivone Inês de Almeida Sousa Borges.-----

-----Deputados Municipais com Assento:-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Victor Manuel Rodrigues Pedroso; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, António José Ventura Dias; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, Ana Margarida Fernandes Marques; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Bernardo Filipe Santos Figueiredo; Presidente da Junta de Freguesia de Secarias, António Souto de Carvalho; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, Valter Francisco Lourenço Pacheco; Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, Paulo Jorge Fernandes Santos; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Paulo Jorge Travassos Batista; Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, João Manuel Borges Gonçalves e Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, Paulo Jorge Marques Amaral.-----

-----Também participaram o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Carreira Fonseca Costa, bem como a restante Vereação, respectivamente Rui Miguel da Silva, Paula Inês Moreira Dinis, Cristina Maria Almeida Jorge Figueiredo, Luís Miguel Campos Almeida, José Miguel Moraes Costa Nunes e António Augusto Ferreira Almeida Marques.-----

-----Teve a palavra o primeiro secretário, senhora deputada **Érica Castanheira**, para referir que “recebemos a seguinte correspondência:-----

Convites:

- CESOP Local – Seminário, 25 Setembro;
- ANAM – sessão de boas vindas novos eleitos, 12 Novembro;
- Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Arganil – 91º aniversário, 28 Novembro;
- Município Arganil – Desafio Picos do Açor, 13-14 Dezembro;
- Município Arganil – sessão apresentação projecto Valoriz'Arte, 2 Dezembro;
- Município Arganil – Mercado de Natal, 4-8 Dezembro;
- Município Arganil – 29º aniversário Biblioteca Miguel Torga, 4 Dezembro;

Diversos:

- PORDATA – envio de informação;
- AEDREL – Seminário sobre Democracia Local, 16 Dezembro;
- Partido Socialista de Arganil – Propostas Alteração Regimento da Assembleia Municipal;



Assembleia Municipal

- Sandra Duarte – Propostas Alteração Regimento da Assembleia Municipal;
- Associação A Palavra – Projecto Voz – O Poder da Palavra, um concurso de escrita;
- AEDREL – Anuário das Assembleias Municipais 2024;
- Deputados Partido Socialista Círculo Eleitoral Coimbra – envio de felicitações pelo início de funções;
- AEDREL – Revista dos Municípios nº 30 (Julho a Dezembro);
- ANMP – envio de circular (início funções);

Votos de Boas Festas:

- Junta Freguesia Arganil;
- Junta Freguesia S.M.C.;
- Junta Freguesia Pombeiro da Beira;
- Município Figueira da Foz;
- Câmara Municipal Covilhã;
- Sandra Duarte, deputada independente;
- Assembleia Municipal Trofa;
- Assembleia Municipal Carregal do Sal;
- Assembleia Municipal Famalicão.”-----

-----O Primeiro Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas dos senhores deputados José Conde e Vítor Almeida.-----

PERIODO DESTINADO AO PÚBLICO

-----Teve a palavra a Senhora **Ana Mafalda Carvalho Alvoeiro**, de Secarias para referir que “represento um grupo de cidadãos que assim como eu se preocupam com a saúde e o bem-estar animal deste concelho. Há diversas lacunas relativamente a este assunto que nos leva a procurar respostas e por isso decidimos vir ao sítio certo questioná-las. Primeiramente e tendo em conta que a Lei nº 27/2016, de 23 de Agosto e o DL 276/2001, alterado em 2017, determinam que os municípios devem implementar políticas de controlo das populações de animais errantes, nomeadamente através dos programas-sede, captura, esterilização e devolução, para colónias de gatos, gostaria de saber por que razão o município de Arganil ainda não implementou ou não tem em funcionamento efectivo um programa-sede municipal e quais os obstáculos apontados pela autarquia para o cumprimento desta obrigação. Quais são as medidas previstas e o calendário para a implementação do mesmo, sendo que este programa é reconhecido como a forma mais eficaz para controlar colónias. Muitos municípios já os aplicam com sucesso, alguns deles bem perto de nós. Relativamente ao canil municipal e ao veterinário responsável, que esforços são feitos para sensibilizar a população a promover a adopção de animais errantes para inserir a população na protecção do bem-estar animal. Porque é que



Assembleia Municipal

temos um município com uma página web tão desenvolvida, com várias publicações e partilhas, com vários vídeos promocionais, e temos depois um canil esquecido, abandonado, escondido, será que não há nada de bonito ali, para se mostrar à população? Outro assunto muito importante que gostaria de abordar prende-se com os apoios do ICNF para a causa animal neste concelho. Nos relatórios de incentivo financeiro do mesmo, aparecem por diversos anos apoios ao Município de Arganil, sendo que no ano de 2023 o referido apoio ascende a 220 mil euros. Com isto, e uma vez que foram diversas as entrevistas dadas pelo Senhor Presidente, onde informava os seus munícipes que iria requalificar o Centro de Recolha Oficial de Animais, de Arganil, é importante esclarecer o que foi feito a essa verba uma vez que continua tudo na mesma. No ano seguinte, numa reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada a 27 de Agosto de 2024, onde o então vereador Paulo Teles Marques levantou a mesma questão, o Senhor Presidente referiu ser uma situação complexa e no meio de explicações referentes a problemas estruturais e regulamentares, foi referido que o valor do apoio já estaria na posse da Câmara Municipal, encontrando-se cativo até definirem uma solução. Agora perguntamos, passado mais de um ano desta reunião, que solução foi encontrada? O que é feito desses 220 mil euros atribuídos? Quantos animais continuam, dia após dia, a aguardar esta solução? Porque continua este Centro de Recolha Oficial desprezado por este executivo? Que preocupações tem este executivo relativamente à causa animal? Bem sabemos que os animais não se queixam, não falam, não estão recenseados e não votam, mas não será por isso que não têm voz. Obrigada.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Eduardo Peres**, de Monte Frio para referir que “como morador não permanente na aldeia de Monte Frio permitam-me aqui apresentar cinco situações que me parecem pertinentes e que visam basicamente uma questão de segurança para quem circula nas estradas do nosso concelho de Arganil.-----

-----Na EN 344 que vai em direção à serra e passa pela aldeia de Monte Frio, existem situações no sentido ascendente que carecem de separadores de proteção, já que a estrada em vários locais, apresenta bastante perigosidade, sendo urgente a sua análise para repor a segurança da mesma.-----

-----A mesma estrada carece de marcação urgente do piso, pois quando existe nevoeiro denso e chuva intensa, não se vêem as marcações, o que torna difícil a condução e apresenta também um elevado risco e perigosidade para quem nela circula.-----

-----Na mesma via e antes de chegarmos à localidade de Portela da Cerdeira, junto à curva fechada à esquerda, no sentido ascendente, existe um cilindro que foi utilizado na obra ali executada há cerca de dois anos, que está ao abandono e em elevado estado de degradação, carecendo da sua remoção, ou pela Câmara Municipal de Arganil, ou pela empresa que executou a obra. Assim, não ajuda nada à paisagem, já degradada pelo fogo de 15 de Agosto deste ano.-----



Assembleia Municipal

-----Na estrada que liga a aldeia dos Pardieiros à aldeia e sede de freguesia de Benfeita, existe já há cerca de dois anos um troço de estrada que abateu e que torna a sua utilização com bastante perigosidade, sendo necessária e urgente uma intervenção dos serviços da Câmara Municipal. No que concerne à utilização da estrada da Mata da Margaraça, esta também carece de urgente requalificação já que a mesma, bem como o que a circunda, é considerado como um ex-libris do nosso concelho e necessita de estar devidamente transitável para que quem a utiliza possa disfrutar daquilo que o local oferece, principalmente na altura do Verão, para quem nos visita. Também aí é necessário existirem condições de higiene, nomeadamente a nível de casas de banho, necessárias para serem utilizadas pelos visitantes, situação extremamente urgente e necessária.-----

-----Quinta e última situação, no ramal que vai da Fonte Raíz ao Monte Frio é também necessária uma intervenção urgente junto à curva do Seixal e que liga com a via que circunda a aldeia, pois o piso está em muito mau estado. No largo principal da aldeia, vulgo Largo do Outeiro ou actualmente Largo da Comissão de Melhoramentos de Monte Frio, o piso também está degradado e precisa de urgente intervenção.-----

-----Termino, agradecendo a atenção dispensada e desejando a todos um santo Natal com saúde e um bom ano de 2026. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Fernando Figueiredo**, de Côja para dizer que “trago aqui um assunto que me afecta particularmente e vai afectar a vila de Côja. Eu moro, como a maioria sabe, na Rua Desembargador Abel Pereira do Vale nº 59, sou recenseado na freguesia de Côja e a meu lado existe uma casa em xisto, a única daquela rua, que fica em frente a uma casa que é propriedade da nossa Vice-Presidente Paula Dinis, que também a conhece bem, e é uma casa que neste momento me está a trazer graves problemas de infiltrações e de rataria que anda a infestá-la e por outro lado vai trazer, a curto prazo, problemas para a via pública, pois a casa está em vias de desabamento. Sei que essa casa já foi notificada por Editais da Câmara, que estiveram lá afixados na parede, como manda a lei. Há prazos a cumprir, não sei quem são os proprietários, já tentei comprá-la, mas queria alertar para a situação. Além dos problemas que tenho, vejo ali uma perigosidade muito grande para a via pública porque a casa, como está, a qualquer momento pode ruir. Queria trazer isto aqui à Assembleia para que dentro do possível façam o que puderem. Não tenho mais nada para dizer, apenas um aparte, para dizer que eu gostava mais de ver a sala como estava antes; não sei se está assim por motivos técnicos, mas a forma em “U” permitia que todos nos víssemos. Um bom Natal para todos e muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que “permitam-me que inicie a minha intervenção pelo desejo, pelos votos de que sejamos profícuos,



Assembleia Municipal

que sejamos produtivos, sejamos assertivos, neste novo mandato que estamos objectivamente hoje aqui a iniciar.-----

-----Sobre a intervenção da Senhora Ana Mafalda Alvoeiro, dizer-lhe que a realidade é um bocadinho diferente daquilo que foi o relato que aqui trouxe. Dizer que há um canil esquecido e abandonado não é objectivo nem tem qualquer adesão à realidade. É até um bocadinho insultuoso, face àquilo que é o esforço que todos os dias fazemos para ter aquele equipamento a funcionar nas devidas condições e para ter medidas muito concretas relacionadas com a saúde e o bem-estar animal. Dizer-lhe também que contrariamente àquilo que acontece por esta região alargada, assumimos nesta matéria todos os problemas que temos no concelho de Arganil, não fazemos exportação de animais embora às vezes eles cá venham ter, mas o certo é que temos esta matéria tratada com grande competência, com grande responsabilidade, e dando cumprimento àquilo que são os preceitos legais. Sobre as campanhas, as adopções, dizer-lhe que este ano registámos já 13 adopções de cães, 9 de gatos. Sobre as campanhas em que investimos de forma muito significativa, ao nível das medidas que são indicadas na legislação, e que são as actualmente possíveis para o controlo efectivo, neste momento, este ano, já vamos com 314 animais intervencionados, para que não haja dúvidas, 20 cães machos, 63 cadelas, 81 gatos machos, 150 gatas, estamos a falar de 314 animais intervencionados e portanto se isto não significa alguma coisa e não significa esforço do município, não sei o que é que seria esse esforço. Sobre o apoio do ICNF, a resposta é muito simples, o dinheiro não foi ainda utilizado, não foi ainda investido, está no Banco. É muito simples, não tem aqui questões de maior. Agora de maior, tem aqui uma questão crítica, este financiamento, e por isso é que ainda não chegámos a um entendimento com o ICNF sobre o mesmo, este financiamento tem no enquadramento a construção de um novo Centro de Recolha Animal e aquilo que foi a nossa abordagem quando submetemos a candidatura foi a realização de uma intervenção muito aprofundada ao nível do equipamento que já temos, aliás a estimativa apontava para cerca de 300 mil euros, estamos a falar de uma intervenção muito significativa, mas era objectivamente de reabilitação e de ampliação do equipamento que já existe, com novas valências e recordo-me que havia a previsão de uma sala de cirurgias, e estamos neste momento nesta discussão, entre o ICNF e o Município, por isso é que o investimento ainda não está concretizado, acerca deste conceito mais ou menos objectivo para o lado do ICNF e que nós tínhamos uma abordagem diferente. Se estivermos a falar de um novo equipamento, manifestamente este valor é insuficiente e temos aqui um problema. Esta divergência de entendimentos entre o ICNF e o Município é aquela que, objectivamente, tem obstado que este investimento esteja já concretizado.-----

-----Sobre a intervenção do Senhor Eduardo Peres, as situações que sinaliza nós conhecemo-las bem, algumas estão já a ser trabalhadas por parte do Município, nomeadamente em termos de elaboração de projecto, nalgumas zonas foram já realizados estudos geotécnicos. Estamos a falar, como sabe tão bem ou melhor que



Assembleia Municipal

eu, de uma localização que não é fácil do ponto de vista construtivo, pois é mais fácil manter uma estrada num planalto do que numa zona de montanha, pois aí suscita outras dificuldades, mas este é um assunto que estamos a trabalhar para resolver um conjunto de problemas que sabemos que temos ali naquele troço rodoviário, mas não apenas na freguesia da Benfeita, mas também em outras três freguesias onde temos situações similares. Sobre a sua preocupação acerca da sinalização horizontal, quero acompanhar tudo aquilo que disse, aliás temos vindo a fazer um trabalho com as freguesias na sinalização das situações mais emergentes e contamos muito rapidamente de ter um procedimento no mercado para proceder a estas intervenções. Sobre a questão do cartão de visita na Cerdeira, também o acompanho naquilo que é a sua nota crítica, quero apenas esclarecer que é um equipamento privado, de uma empresa privada, que penso que até tem sede no município, mas objectivamente trata-se de um equipamento que está ali abandonado, tem razão quando diz que a empresa já devia ter sido notificada para fazer a remoção do equipamento, portanto agradeço o seu alerta e reconheço que é uma situação que precisa de resolução. Refere depois outros dois assuntos que já não são tão lineares e em termos abstractos concordo com eles, acerca das soluções, estamos a falar de soluções que não são tão simples quanto isso e refiro-me à questão da estrada da Mata. Esta estrada, como sabe, está dentro de uma mata nacional, propriedade do Estado, a única entidade que tem legitimidade para intervencionar dentro daquele espaço, actualmente, é o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Sabemos, porque temos feito reuniões reiteradas com o ICNF, que é uma das preocupações que o ICNF também tem, mas queria deixar este esclarecimento. Sobre a questão das casas de banho, posso dizer-lhe, porque foi assunto reconhecido como de interesse público, de termos casas de banho na zona da Fraga da Pena, a história é complexa e prolongada, mas houve esse reconhecimento, o organismo que à data ainda não era ICNF, era apenas Instituto de Conservação da Natureza, à data, autorizou ali a construção de uma casa de banho, entretanto dá-se o acaso de haver uma inspeção da Inspeção Geral do Ordenamento do Território, que entendeu que aquele licenciamento estava mal feito e portanto, objectivamente, não é possível proceder à construção de edificado naquela zona, e foi isso que o Secretário de Estado à época homologou. Pese embora a nossa contrariedade, na realidade não nos é possível termos um equipamento sanitário naquela zona, aliás, aquilo que o ICNF tem dito é para colocarmos uma sinalização vertical a dizer que há casas de banho na aldeia mais próxima, que neste caso é Pardieiros. Tem sido a solução. Temos falado deste assunto muitas vezes, não só com o actual Presidente da Junta da Benfeita, mas também com o anterior, seguramente há mais de 10 anos, que andamos nesta divergência sobre entendimentos.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Fernando Figueiredo, sobre a casa devoluta e em perigo, dizer-lhe que é uma temática que não é simples, reconhecer que tem toda a razão no apontamento que faz, mas ao mesmo tempo esclarecendo



Assembleia Municipal

que o nosso país tem um conjunto de garantias relacionadas com a propriedade, não é simples nem é um caminho linear proceder à posse administrativa do imóvel e fazer as intervenções, para além de que, comporta desde logo um conjunto de actos burocráticos mas também um esforço financeiro do Município e isso faz com que estes processos não sejam tão céleres quanto gostaríamos, mas reconhecendo nós que é um problema que temos não apenas com esta casa, mas com um conjunto de situações similares espalhadas um pouco por todo o concelho.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que “gostaria de esclarecer o seguinte: nós estamos a trabalhar ainda sob o Regimento anterior, que contempla o seguinte: para o PSD são 31 minutos, para o PS são 14 minutos, para o CHEGA 6 minutos, e para cada grupo de cidadãos independentes 3 minutos, neste caso são 3 grupos independentes, cada um com 3 minutos. Enquanto não for aprovado o novo Regimento, são estes valores em vigor.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para referir que “em primeiro lugar tenho que dizer que não sei de quem foi a ideia da disposição da sala, mas sinceramente foi completamente infeliz, porque não cabe na cabeça de ninguém estarmos a fazer apontamentos no colo, como podem ver temos papéis no chão; acho que devem repensar completamente a disposição da sala porque isto não tem qualquer cabimento. Sobre a intervenção do público, antes de mais, quero congratular o público presente e as vossas intervenções tão pertinentes. É sempre gratificante ver uma população interventiva e este é precisamente o local certo para isso.”-----

-----Dirijo também um agradecimento especial aos que dedicam o seu tempo à causa animal, trabalhando em regime de voluntariado, e é o caso das pessoas que aqui intervieram. O meu reconhecimento pelo vosso empenho incansável e valioso.--

-----As preocupações que trouxeram e as perguntas que dirigiram ao Senhor Presidente são, infelizmente, questões que debatemos há anos. O Centro Municipal de Recolha de Animais surge, mais uma vez, no orçamento — mas na realidade, não passa de uma mera referência, pois apenas aparece no papel e nunca no terreno.----

-----Na reunião de Câmara de 10 de Novembro, o Partido Socialista voltou a questionar o Senhor Presidente sobre estas mesmas situações críticas e apresentou algumas soluções que poderiam ser implementadas por parte do Município. Por isso, reforço essas mesmas questões e apelo para que recebamos respostas concretas e claras sobre o trabalho do Município nesta área.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Helena Dias** para “desejar um bom mandato a todos e dizer que estou perplexa com a disposição da sala os senhores Presidentes, os senhores vereadores, os senhores jornalistas, têm uma mesa de trabalho e nós temos os papéis no chão, não sei se é para escrevermos nas costas



Assembleia Municipal

uns dos outros. Não percebo, isto não faz sentido, agradeço que me expliquem porquê. Muito obrigada.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Sandra Duarte** para dizer que “relativamente à situação exposta pela munícipe e por outros munícipes representados pela pessoa que expôs a situação, quero falar sobre o bem-estar animal neste caso e questionar, dizendo que entre 2022 e 2024 o município recebeu realmente estas verbas públicas, destinadas ao bem-estar animal e ao funcionamento do Centro de Recolha Oficial. Contudo, não existe informação pública, clara, sistematizada e acessível, sobre a aplicação dessas verbas. O Senhor Presidente disse que o dinheiro está no banco, mas passados estes anos, acho estranho ainda não saberem como usá-lo. Gostava de questionar se esse dinheiro deve estar realmente a render no banco. Na prática o CROA não assegura pleno funcionamento no concelho, o canil encontra-se encerrado aos fins de semana e os cuidadores voluntários não dispõem de estatuto nem apoio institucional. Coloco por isso, e formalmente, as seguintes questões: quais os montantes recebidos entre 2022 e 2024? Qual a sua aplicação detalhada? Porque não funciona plenamente o CROA? Porque se mantém o encerramento do canil ao fim-de-semana? Que medidas concretas estão previstas para apoiar cuidadores e voluntários? O bem-estar animal não é uma opção política, é uma obrigação legal e um dever público. Muito obrigada.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “sobre este tema já fui suficientemente claro, quem ouviu a minha intervenção ficou certamente esclarecido, acerca daquilo que tem sido o trabalho desenvolvido no Centro de Recolha Animal e daquilo que tem sido a aposta e o investimento feito neste espaço e também aquilo que são as contingências, nomeadamente as relacionadas com este contrato de financiamento.”-----

-----Queria apenas fazer um apontamento relacionado com a disposição da sala; por um lado, dizer-lhes que estamos num processo de alteração, pois nós alterámos tudo com a questão da transmissão das reuniões e isso altera a lógica que tradicionalmente tínhamos aqui do espaço, deixou de fazer sentido termos uma sala em “U”, que criava dificuldades de funcionamento, nomeadamente relacionadas com as transmissões, mas quero desde já reconhecer que uma mesa de trabalho faz todo o sentido, e portanto numa próxima reunião haveremos de ter um apoio para poderem colocar quer os documentos, quer os computadores, quer aquilo que for necessário, desde logo a garrafa e o copo com a água. Estamos num processo de adaptação a uma nova realidade. Olhando para aquilo que acontece noutros sítios, aquilo que tem a ver com a disposição em plateia, é o que acontece em todo o lado. Presentemente, com as soluções de transmissão de reuniões, e não se trata de acontecer apenas em Arganil, se verificarem, em Coimbra acontece a mesma coisa,



Assembleia Municipal

mas quero de facto reconhecer a necessidade de melhorarmos as coisas, nomeadamente com esta questão das mesas e dos apoios para poderem trabalhar.”-

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que “tenho aqui uma proposta que passo a ler: como é do conhecimento da maior parte dos senhores deputados, fomos surpreendidos com a morte de três ilustres figuras que pautaram a sua vida durante anos, em Arganil.-----

-----A primeira, Natália Novais, que se voluntariou no meio associativo, com grande empenho na Filarmónica de Arganil, na rádio, na divulgação do concelho de Arganil e na política, como elemento preponderante do Partido Socialista e nesta Assembleia, como deputada, onde, com muita elevação, defendeu os seus princípios e valores.-----

-----A segunda, Carlos Andrade que se distinguiu como grande empresário, espalhando o nome de Arganil com a sua marca “Carlo Visconti”. Foi uma pessoa importante para Arganil pois dinamizou o tecido empresarial da nossa terra. Distinguiu-se ainda como militante do PS e fez também parte desta Assembleia como deputado, onde esteve sempre atento e colaborante, para desenvolver o melhor por Arganil.-----

-----A terceira, o Professor Júlio Marques que se distinguiu no Ensino e nas diversas actividades tendentes ao desenvolvimento cultural do nosso concelho.-----

-----Ficámos mais pobres, mas não devemos esquecer que fizeram parte de um colectivo que procurou fazer o melhor pelo nosso concelho. As suas memórias devem perdurar e mantê-las como um exemplo de ação.-----

-----Às famílias esta Assembleia manifesta sentido pesar e apresenta sentidas condolências. Embora não estando presente, ao senhor deputado José Manuel Conde manifestamos também a nossa solidariedade e sentidos pêsames.-----

-----Pedia, em sua memória, um minuto de silêncio.”-----

-----A Assembleia Municipal exarou um voto de pesar e guardou um minuto de silêncio, em memória da D. Natália Novais, do Senhor Carlos Andrade e do Professor Júlio Marques.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que “início esta minha intervenção retomando um assunto que já trouxe no início do mandato anterior, em 4 de Dezembro de 2021. Por incrível que pareça, passados todos estes anos, trata-se de um tema ainda por resolver: a Quinta do Dr. Urbano, na Benfeita.---



Assembleia Municipal

-----Pergunto, assim, ao Senhor Presidente: passados estes anos, já é possível confirmar qual será o destino daquele edifício? Quando estará este espaço público efectivamente ao serviço da população? Recordo que foram investidos milhares de euros, obviamente com o objectivo de beneficiar a comunidade, e é legítimo que saibamos quando esse investimento se concretizará em serviço público.

-----No dia 28 de Janeiro de 2022, o Executivo Municipal informou a população que havia contratado a elaboração de um projecto para a construção de uma nova rotunda na estrada que atravessa a Zona Industrial da Relvinha (EN 342-4), no Sarzedo, substituindo o actual cruzamento que liga os Pólos Este e Oeste desta área de localização empresarial. As conclusões do relatório então apresentado demonstraram que a substituição da interseção por uma rotunda era a solução mais vantajosa e segura. Na altura, o Senhor Presidente afirmou, e passo a citar: “Além de corrigir os constrangimentos actuais, é nosso objectivo impedir que os problemas se venham a intensificar no futuro, com o número de empresas previsivelmente a aumentar após a conclusão da ampliação da área de localização empresarial.” Como todos sabemos, esse aumento de empresas não se verificou, mas o cruzamento em causa continua a ser extremamente perigoso, tendo já sido palco de acidentes graves e perdas humanas. Face a esta situação, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente: por que motivo esta obra, anunciada há quase três anos, ainda não foi concretizada? Porque não foi executada aquando da expansão da Zona Industrial da Relvinha? E, finalmente, quando está prevista a sua realização, uma vez que se trata de uma intervenção urgente, pela qual a população já se mobilizou, promovendo mesmo uma petição para pressionar o Município a avançar com esta obra tão necessária?-----

-----Outro tema que tenho vindo a trazer a esta Assembleia, desde o ano de 2023, prende-se com a situação da ETAR da Zona Industrial da Relvinha. Sabemos que o problema existente não se resolve com intervenções pontuais, mas sim com obras de fundo nesta infra-estrutura. Por isso, gostaria de questionar o Senhor Presidente se já foi lançado um novo concurso para a execução da obra e, em caso afirmativo, se o contrato já se encontra adjudicado. No essencial, o que todos queremos saber é quando irá, finalmente, ter início esta intervenção, para que este problema, que é também uma questão de saúde pública, possa ser definitivamente resolvido. Aproveito ainda para solicitar, mais uma vez, o envio dos resultados e relatórios mais recentes das análises efectuadas a esta ETAR, de modo a que possamos acompanhar de forma transparente o seu estado e evolução.-----

-----Quero trazer a esta Assembleia um assunto que considero da máxima relevância para a segurança das nossas populações: o estado actual do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) de Arganil. O PMEPC actualmente em vigor foi aprovado há quase nove anos, com entrada em vigor a 21 de Outubro de 2016 — pelo menos é esse o Plano que se encontra disponível para consulta pública no site do Município. Ora, este documento ultrapassou largamente o ciclo de validade típico de cinco anos, preconizado pela Directiva da Comissão



Assembleia Municipal

Nacional de Proteção Civil e pelos manuais da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Entretanto, ocorreram alterações profundas no contexto de risco que afectam directamente o nosso território: os grandes incêndios de 2017, 2021 e 2025, o agravamento dos efeitos das alterações climáticas e sucessivas actualizações do enquadramento legal e operacional da proteção civil. Planos municipais mais recentes foram revistos precisamente para integrar estes novos riscos e exigências, o que não sucede com o plano actualmente em vigor no nosso concelho, expondo fragilidades ao nível dos recursos, dos procedimentos e do enquadramento normativo em 2025.-----

-----Pergunto, por isso, directamente ao Senhor Presidente da Câmara, enquanto representante máximo da Proteção Civil no nosso Município:-----

- Em que fase se encontra a revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil?-----
- Essa revisão já foi submetida à Comissão Nacional de Proteção Civil para aprovação, conforme legalmente exigido?-----
- Que registos existem relativamente à realização de exercícios e testes desde 2016, atendendo à periodicidade máxima de dois anos prevista nos guias da ANEPC?-----
- Que medidas concretas estão planeadas para alinhar o plano com as actuais exigências da Lei de Bases da Proteção Civil?-----

-----A proteção civil não se esgota em documentos formais; exige ação concreta, planeamento actualizado e capacidade de resposta real. Não é compreensível que um instrumento com esta importância para a segurança das pessoas esteja desactualizado e, na prática, abandonado.-----

-----O recente reconhecimento do Projecto Floresta da Serra do Açor com o Prémio Nacional da Paisagem 2025 vem sublinhar a importância capital da paisagem do concelho de Arganil como um dos seus maiores patrimónios. É precisamente por reconhecermos este valor que devemos encarar com preocupação a crescente perspectiva de instalação de parques fotovoltaicos de grande dimensão no nosso território. A transição energética é urgente e inquestionável. Mas não pode, em circunstância alguma, servir de pretexto para a descaracterização das nossas paisagens nem para a substituição de áreas naturais e agrícolas por extensos tapetes industriais de painéis solares, muitas vezes implantados sem a devida ponderação, sem integração paisagística e sem salvaguardas ambientais adequadas. A verdadeira sustentabilidade não se constrói com megaprojectos, mas sim com políticas inteligentes de descentralização energética, promovendo pequenos sistemas solares distribuídos — integrados em edifícios, zonas industriais, telhados públicos, explorações agrícolas e comunidades energéticas locais. Faz-se sustentabilidade com ordenamento do território, com justiça ambiental, com respeito pela identidade das populações. Faz-se, sobretudo, com a capacidade de escolher caminhos que equilibrem progresso e preservação. Para isso, a responsabilidade dos actores locais, das populações e dos decisores políticos é fundamental. Temos



Assembleia Municipal

de ter a coragem de fazer diferente. A promoção de uma paisagem equilibrada, produtiva e resiliente tem um valor imensamente maior do que as rendas chorudas que alguns promotores oferecem. Ainda estamos a tempo. É preciso coragem para escolher um caminho diferente — um caminho que honre o património natural que nos distingue.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para dizer que “permitam-me, antes de entrarmos no período da Ordem do Dia, deixar uma palavra institucional nesta que é a primeira reunião ordinária da Assembleia Municipal após a tomada de posse dos novos órgãos autárquicos. Em primeiro lugar, felicito o executivo municipal pela vitória eleitoral alcançada, desejando-lhe os maiores sucessos no exercício das suas funções. O seu sucesso será o sucesso de todos os arganilenses. Da nossa parte, enquanto bancada majoritária, reafirmamos o nosso compromisso para, lado a lado com o executivo, continuarmos a trabalhar para fazer evoluir Arganil com ambição, responsabilidade e sentido de missão. Quero igualmente endereçar uma palavra de reconhecimento e votos de um trabalho profícuo a todos os restantes eleitos. Aos senhores presidentes de Junta e União de Freguesia, aos senhores deputados municipais de todas as bancadas e a todos aqueles que assumem responsabilidades neste mandato. Independentemente das diferenças políticas, todos fomos escolhidos pelos arganilenses e todos temos o dever de honrar essa confiança. Desejo por isso que os trabalhos desta Assembleia decorram sempre com o máximo respeito institucional, cordialidade democrática e elevação, de forma a dignificarmos esta que é a casa da democracia de Arganil.”-----

-----Permitam-me ainda uma nota final. A imagem, a credibilidade e o prestígio desta Assembleia depende de todos e de cada um de nós. Em tempos em que a informação se confunde cada vez mais com a falsa informação e onde em quase para tudo é necessário haver um polígrafo, importa que todos tenhamos bem presente que aqui não estamos para ser TikTokers ou influencers. Estamos sim para sermos representantes dignos do nosso território e das pessoas que nos elegem. Que saibamos todos, e sempre, reconhecer essa como sendo a nossa missão. É o bom nome de Arganil que está em causa, é o bom nome de Arganil que devemos forçosamente preservar. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rui Dias** para dizer que “tinha aqui duas notas de pesar de Mário Carlos Andrade e de Maria Natália Novais, mas como já foram referidas pelo Senhor Presidente da Mesa, esta minha intervenção plasma-se, de uma forma geral, no que foi dito.”-----

-----No passado dia 3 de Novembro, na tomada de posse desta Assembleia, acto de uma solenidade marcante para o poder autárquico legitimamente estabelecida por Abril, quando se esperava um clima festivo e discurso a revelar o pensamento e as ações inerentes a uma verdadeira Assembleia Municipal, ouvimos o Dr. António Gonçalves Cardoso ainda na qualidade de cabeça de lista mais votada, aguardando



Assembleia Municipal

a normal votação da Mesa da Assembleia Municipal, a discursar de uma forma desadequada à nobreza do acto a que se assistia. Julgava eu e todos nós que esta Assembleia Municipal e todos os seus inúmeros importantes convidados iriam ouvir quais os seus planos para um excelente trabalho, quais as suas preocupações de gestão autárquica, qual o seu pensamento – caso exista, sobre importantes assuntos como por exemplo a livre decisão da comunidade local sobre assuntos do seu próprio interesse, ou mesmo os novos conceitos de autonomia local. Mas aquilo a que assistimos foi um discurso cinzento de ideias, odioso, acusatório, sem rasgos de imaginação e inverdadeiro. Um discurso que, porque referido em acto oficial, não previa direito a resposta. Todos nós sabemos que, para o Dr. António Cardoso, todos os que não estão de acordo com as suas ideias são considerados terroristas. Sabemos todos que o que foi afirmado pelo Dr. António Cardoso não seria da sua convicção plena, a sua intenção seria tentar dinamizar, em frente de tantos ilustres convidados, o facto do PSD ter perdido, nas eleições autárquicas de 2025, um vereador na Câmara Municipal de Arganil e dois deputados na Assembleia Municipal, assim como na União das Freguesias de Côja e Barril de Alva o PS ter tido uma vitória de 71%, sendo também vitorioso na União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, Freguesia de Folques e Freguesia de Arganil.-----
-----A democracia exige, mas exige muito mais respeito. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rui Pedro Matos** para referir que “tenho que realçar o facto de que a disposição da sala não é a mais favorável, tendo em atenção que sou pessoa portadora de deficiência, preciso também de uma mesa de trabalho para consultar os documentos e, a esta altura, com o ar condicionado ligado, as bocas já estão secas. Não há água, era bom que distribuíssem uma garrafa de água.
-----Estive à espera de um conjunto de informações e só há cerca de 72 horas é que obtive toda a documentação. Tive que a ler neste curto espaço de tempo. Deixei hoje, às zero horas, 3 recomendações para o Senhor Presidente da Câmara. Uma está relacionada com o equipamento desportivo Piscinas Municipais, outra está relacionada com a fábrica TIMBERPOR, junto a uma área de residência, saber se é possível fazer uma mudança para a Zona Industrial. É uma recomendação para todos nós pensarmos porque aquela fábrica faz poluição sonora, cria ruído, faz também emissão de cheiros e fumos, passa uma linha de alta tensão sobre a zona residencial e se essa fábrica pudesse passar para a zona industrial seria uma mais-valia. Temos também uma proposta, de acordo com o nosso compromisso político, que é trabalhar em prol de todos os arganilenses, com base nas nossas propostas, é um sistema de mobilidade urbana, que nós fomos procurar uma base de trabalho, que é o “Siga o Falcão”, da Comunidade de Pinhel. É um bom exemplo que vocês Câmara Municipal, Senhor Presidente e demais vereadores poderão utilizar como exemplo. Deixámos uma proposta e nesse sentido o que nós pretendemos realizar é que, como Arganil é hoje uma terra de segurança, de paz pública e qualidade de vida, nós, partido CHEGA, queremos demonstrar o nosso compromisso, que é



Assembleia Municipal

trabalhar nessa mudança e estas três primeiras propostas que foram feitas neste conjunto de 72 horas, são à partida um ponto para começar a trabalhar convosco.-----
-----Também quero realçar que o deputado Rodrigo referiu a questão da Rotunda na Zona Industrial, mas nas duas entradas e saídas seria fundamental. Muito obrigado e boas festas a todos.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Beatriz Seco** para dizer que “traz-me aqui hoje também destacar aquilo que se faz no nosso concelho e os projectos em que os nossos concidadãos estão envolvidos, e falar um pouco sobre eles, pois no fundo estamos a falar para eles. O Mercado de Natal de Arganil realiza-se desde 2016, afirmando-se como um projecto que, ano após ano, tem vindo a crescer, a consolidar-se e a ganhar um lugar especial no coração da vila e das suas gentes. Não é apenas um evento no calendário, é um espaço de encontro, de celebração da nossa identidade e de afirmação daquilo que Arganil tem de melhor. O que distingue este Mercado de Natal é, desde logo, o foco na produção local, no artesanato, na gastronomia, e nos produtos endógenos, dando palco a quem trabalha, cria, e investe neste concelho. Cada banca é mais do que um ponto de venda, é uma história, é uma família, é um pequeno projecto que encontra aqui visibilidade, apoio e reconhecimento, numa lógica de verdadeira dinamização da economia local. Outro traço marcante é a forma como se enfrenta o Inverno e as incertezas do clima, sem perder autenticidade. Em vez de se esconder o mercado debaixo de uma tenda, mantém-se a opção pelo espaço aberto, pela fogueira, pelos contos e pela vivência ao ar livre. Tal como noutros países europeus, onde os Mercados de Natal se fazem de frio, luzes e calor humano, também aqui, Arganil escolhe ser diferente desde 2016, sem criticar quem opta por modelos cobertos, mas assumindo com orgulho esta forma de estar que nos distingue e nos aproxima uns dos outros. Este é também um Mercado pensado para as crianças e para as suas famílias. Não se vem apenas ver iluminações, vem-se sim brincar, participar em jogos, rir em conjunto, encontrar o Pai Natal, viver experiências que não têm fichas contadas, nem tempo limitado. Num tempo e numa realidade em que quase tudo tem um custo e um cronómetro, oferecer às famílias um espaço onde o brincar é livre, acessível, sem tempo, e partilhado, é um gesto com profundo significado social e comunitário e que este executivo, desde 2016, pelo menos o Partido Social Democrata, tem vindo a manter. Se olharmos para as diferentes edições, percebemos que o Mercado de Natal não ficou preso a uma fórmula inicial, integra hoje um programa mais amplo de Natal com show-cocking's, música, dramatizações, jogos, oficinas, e iniciativas espalhadas pelo concelho, mostrando capacidade de renovação e ambição. Em 2025 são vários dias de programação, cheios de magia, sabores e animação que reforçam assim o papel deste evento e desta quadra, como âncora e como política de proximidade, ao serviço das pessoas. Enquanto deputada nesta Assembleia, quero sublinhar que o Mercado de Natal não se mede apenas em números, mede-se em orgulho, em potência, em memórias, que as nossas crianças vão guardar, e em



Assembleia Municipal

laços que se fortalecem entre vizinhos, famílias, freguesias. Que esta Assembleia saiba reconhecer, proteger e fortalecer estes projectos como o Mercado de Natal entre outros, que realizamos neste concelho, porque neles se acende, no centro da vila, no concelho, uma luz que vai muito para além do mês de Dezembro. Uma luz de pertença, uma luz de orgulho, do que é Arganil.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Ana Sofia Antunes** para dizer que “eu intervenho hoje para pedir rigor, clareza e transparência sobre o estado da Reabilitação Urbana de Arganil. Relativamente à zona da Igreja Matriz de Arganil, que era uma das zonas que estava projectada ser intervencionada, eu questiono porque é que ainda não houve intervenção, se houve alterações aos projectos, se existe um calendário de execução e qual o destino da verba prevista para este troço. Muito obrigada.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Raul Martins** para dizer que “permitam-me umas breves palavras, antes de entrarmos na ordem do dia, para destacar um tema merecedor de maior centralidade do que habitualmente se verifica.”-----

-----Na União Europeia em geral, mas também em Portugal, as principais causas de mortalidade continuam a ser as doenças cardiovasculares e o cancro. A prática desportiva está inequivocamente relacionada com menor morbilidade e menor mortalidade. Está relacionada com a redução das cardiovasculares. Está relacionada com a redução do cancro da bexiga, da mama, do cólon, do útero e do pulmão. Está relacionada com melhor saúde músculo-esquelética e com a funcionalidade. Está relacionada com melhor bem-estar e qualidade do sono. E com melhor saúde mental, concretamente no que respeita à ansiedade e depressão.”-----

-----No entanto, no que respeita a hábitos de prática física e desportiva, Portugal parece um país ao contrário. Penso mesmo que não será injusto dizer que em Portugal não há políticas públicas de desenvolvimento desportivo. Ou, no mínimo, as tentativas que têm surgido não têm sido suficientemente eficazes.”-----

-----E é por isso que, 50 anos após o 25 de Abril, Portugal é líder Europeu na prevalência dos adultos que não têm qualquer tipo de prática física e desportiva.”-----

-----Acresce que Portugal é inequivocamente um país envelhecido. E que, em cada 10 pessoas com 55 ou mais anos, 9 não possuem qualquer hábito de prática física e desportiva. Por outro lado, aproximadamente 43% dos adultos portugueses têm diabetes ou pré-diabetes. O que custa ao Estado mais de 400 milhões por ano só em medicamentos. Sendo também certo que a taxa de diabetes em obesos é quase 4 vezes superior comparativamente com pessoas normoponderais.”-----

-----Ora, sabendo nós que o sedentarismo é responsável por mais do dobro da mortalidade do que a obesidade, não deixa de ser surpreendente como esta questão não é tratada com a máxima atenção.”-----

-----Por conseguinte, merece particular destaque o evento Desafio Picos do Açor que decorreu no passado fim de semana (13 e 14 de Dezembro) e atraiu novamente



Assembleia Municipal

mais de 1500 participantes, vindos de 24 países, de 3 continentes. Usando, se me permitem um estrangeirismo, os *stakeholders*, ou os grupos de interesse, são não só os praticantes, mas também a comunidade de Arganil de um modo geral, incluindo a restauração e o alojamento. Trata-se de uma actividade realizada na época baixa, em termos turísticos, e é também meritória nesse aspecto. Gostaria de deixar também uma palavra de reconhecimento à Organização e às Juntas de Freguesia envolvidas e à Câmara Municipal.-----

-----Permitam-me finalizar com uma nota mais pessoal para dizer que é para mim uma enorme satisfação estar fora de Arganil, por exemplo na Universidade de Coimbra, e ouvir falar do Desafio Picos do Açor e de Arganil. Foi para mim muito gratificante ter estado em Arganil no passado domingo e ter observado todo o movimento que o evento gerou. Arganil está de parabéns. Muito obrigado, boas festas para todos. Tenho dito.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Sandra Duarte** para dizer que “venho expor uma situação prolongada de risco para pessoas, em especial para um menor, resultante da actuação e omissão de entidades públicas, nomeadamente a Junta de Freguesia de Benfeita e a Câmara Municipal, no contexto de uma intervenção numa estrutura confinante com a propriedade privada situada em zona classificada como Aldeias de Xisto, com regras legais e patrimoniais próprias.-----

-----Em Janeiro, um muro tradicional em xisto, confinante com uma habitação privada, desmoronou. O muro fazia parte integrante da caracterização da zona e da segurança física da propriedade. Perante o sucedido, a Junta de Freguesia da Benfeita assumiu a responsabilidade pela sua reparação, reconhecendo implicitamente a sua obrigação de reposição em condições equivalentes às existentes.-----

-----Em Julho foi realizada uma intervenção no local que consistiu na reconstrução do muro em blocos de cimento, em total desconformidade com: a materialidade original do muro (xisto); o enquadramento legal e regulamentar aplicável às Aldeias de Xisto; a integração paisagística e patrimonial da envolvente.-----

-----Para além da descaracterização, a obra foi executada de forma deficiente, tendo: parte da estrutura sido implantada dentro do terreno privado, sem consentimento dos proprietários; ficado uma porção do muro suspensa, estabilizada apenas por uma pedra de grande dimensão; não tenha sido reposta a vedação existente, eliminando a separação física e a proteção da habitação. Esta situação criou um perigo iminente, particularmente grave pelo facto de no local residir uma criança com cerca de dois anos e meio.-----

-----Paralelamente ao problema do muro, verificam-se outras situações irregulares que agravam o quadro geral: a vedação nunca foi reposta, não existindo qualquer prazo legal para o efeito; a existência de um anexo alegadamente ilegal a confrontar com a propriedade, sem que tenha havido fiscalização ou correção; a presença de chaminés em desconformidade legal, cujos fumos entram directamente no interior da



Assembleia Municipal

habitação, colocando em causa a salubridade e a saúde dos residentes; a ausência de resposta eficaz por parte da GNR, da CPCJ e da Câmara Municipal, apesar de sucessivas queixas e participações formais apresentadas ao longo do tempo. Como consequência directa da falta de segurança estrutural e de condições mínimas de habitabilidade, a família foi forçada a abandonar a sua casa durante um ano e três meses. O afastamento da habitação implicou custos financeiros elevados e instabilidade familiar. O regresso ao imóvel ocorreu não por resolução dos problemas, mas exclusivamente porque se tornou financeiramente impossível manter simultaneamente uma renda e uma casa própria.-----

-----O caso assume particular gravidade institucional pelo facto do concelho ostentar o título de “Município Familiarmente Responsável”, contrastando de forma evidente com a tolerância de: uma situação de risco continuado para um menor; a violação de direitos de propriedade privada; a descaracterização de património em área protegida e uma prolongada inação administrativa. Mais recentemente foi comunicado pelas pessoas interessadas, neste caso até a senhora Tatiana que estava inicialmente inscrita para vir expor a situação, que afirmou que foi contactada pelo Presidente da Junta de Freguesia, mas esta situação ainda está por resolver. Era importante que a Junta de Freguesia, em conjunto com a Câmara, pudessem resolver esta situação em particular.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Maria José Silva** para fazer uma “nota muito breve com um voto de reconhecimento pelo trabalho meritório da Escola E-Motion, muito concretamente no seguimento dos prémios conseguidos nos últimos tempos, e especialmente à jovem Carlota Figueiredo, a quem endereço, em nome da Assembleia, os meus sinceros parabéns. Em outras ocasiões também já tive oportunidade de deixar registado este voto de louvor, mas volto a reforçar que o mérito e o trabalho e o empreendedorismo demonstrados pela responsável da Escola também ela uma jovem arganilense, Inês Castro Silva, são razões de muito orgulho enquanto arganilense, até porque leva o nome de Arganil a todo o país e a todo o mundo. Ali desenvolve-se um trabalho de formação muito sério, não só no âmbito da dança clássica como em outras modalidades e a Escola é parceira do Agrupamento de Escolas de Arganil, por ser pólo do Conservatório de Dança com o ensino artístico especializado. Gostaria neste momento de deixar mais uma vez um voto de reconhecimento pelo trabalho que tanto a responsável como os jovens e jovens e menos jovens que ali trabalham, muitas vezes em regime de voluntariado, desenvolvem há muito tempo e desejo que assim continue durante muito mais tempo também, com o apoio, obviamente, da autarquia. Muito obrigada.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Patrícia Cordeiro** para referir que “a IP3 esta semana voltou a ser notícia e por isso a questão que trago aqui é saber se existe alguma informação concreta, e passível de ser partilhada em Assembleia, sobre a ligação ao município de Arganil, uma vez que agora o município se encontra



Assembleia Municipal

entre dois troços que serão intervencionados. Sabemos que esta obra não é responsabilidade do município, mas por ser especialmente impactante para todos os que aqui vivem, importa questionar.-----

-----E já que falamos em mobilidade, questionar sobre o Metro Bus; em 2022 foi aprovado o alargamento a Arganil desse mesmo veículo, por isso pergunto se foi aprovado o estudo e questiono se existe perspectiva de se concretizar esse alargamento. Obrigada.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Jorge Neves** para dizer que “Arganil tem promovido a sua paisagem com os seus recursos mais valiosos e atractivos que frequentemente invoca. No Rali, no Desafio Picos do Açor, em grandes cartazes de rua, nos folhetos turísticos. Por esses motivos, mas também ou principalmente pela segurança e pela qualidade de vida de quem cá vive, aproveito para pedir esclarecimentos a propósito de algumas situações concretas que todos percebem que devem merecer a melhor atenção da parte dos responsáveis autárquicos.-----

-----O controle e gestão das faixas de segurança nas estradas municipais. Apesar de sabermos que existem várias situações que requerem intervenções, permitam-me destacar a estrada do Mosteiro de Folques ao Alqueve, onde as mimosas, nalguns sítios, invadem o alcatrão, ao que se junta em algumas partes, o mau e perigoso estado das mesmas. O mesmo pode ser dito das estradas de acesso à Mancelavisa, ao Salgueiro, ao Bocado, a Monte Redondo, ou noutras partes, como por exemplo na estrada de acesso ao Pereiro, onde o eucaliptal não deixa margens. O risco para quem se desloca em caso de incêndio ou tempestades, multiplica-se. Há intenções de gerir estas margens para favorecer a segurança e a paisagem com regularidade e com um bom Plano?-----

-----Outro assunto a merecer a melhor atenção é a gestão da água nas aldeias serranas, e em particular a situação dos Sistemas de Abastecimento de Água. O caso que melhor conheço é o de Monte Redondo, mas sei que se passam situações semelhantes como na Esculca, por exemplo. Em 2017 foi feita a transferência da gestão da água para o município, mas ao contrário do que foi protocolado, não foram colocados contadores e pouco foi feito na renovação do Sistema de Abastecimento. A ausência de manutenção, como a limpeza dos filtros, e melhorias nas captações, provocam frequentemente, e todos os Verões, falhas no abastecimento ou na qualidade da água fornecida. Acham normal que por vezes, durante semanas a fio, habitantes, a maioria idosos, tenham que cozinhar e lavar-se com água acastanhada, cheia de sedimentos, que degradam máquinas e roupa, e tenham que ir beber à fonte da aldeia vizinha? Isto nunca acontecia quando todo o Sistema estava nas mãos da aldeia. O que interessa é encontrar soluções, mas não podemos tornar a solução como um problema, que é o que tem acontecido. Obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **José Miguel Marques** para dizer que “peço 2 minutos de intervenção apenas para enaltecer duas iniciativas que merecem, a meu



Assembleia Municipal

ver, ser bem destacadas, pelos benefícios directos em prol dos cidadãos. Primeiro: lembrar que entrou recentemente em actividade, mais concretamente no passado mês de Agosto, o novo Sistema Intermunicipal de Transportes da Região de Coimbra. Operacionalizado pela empresa Busway, esta nova solução integrada nos transportes rodoviários colectivos de passageiros abrange os 19 municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e, parece-me a mim, que tem resultado em melhorias inequívocas na qualidade/preço do serviço prestado aos cidadãos. Pelo impacto muito positivo que esta alteração já teve e pelo futuro que está a ser construído em termos de mobilidade na nossa região, saúdo o trabalho e a aposta da CIM nesta solução de mobilidade, na pessoa do Dr. Luís Paulo Costa, nosso presidente, mas também com as funções de vice-presidente da Comunidade Intermunicipal.-----

-----Em segundo lugar, quero congratular-me pelo início de actividades da Academia Sénior de Arganil Ger'Ação 5G no passado mês de Setembro. De facto, sendo o nosso território predominantemente envelhecido, é essencial focarmo-nos em ações para reter e fixar os mais jovens no nosso concelho, mas é tão ou mais importante, dirigirmos esforços para oferecer maior qualidade de vida e promover um envelhecimento activo aos nossos mais velhos. Nesse sentido, a academia sénior responde a uma necessidade já sentida há algum tempo pelos munícipes, e em boa hora foi agora recentemente constituída, tendo, tanto quanto sei, actualmente cerca de 70 alunos inscritos em diversas áreas de conhecimento e das artes. Faço votos para que a Academia possa constituir-se como um espaço de referência de convívio e partilha de saberes dos nossos seniores.-----

-----Senhor Presidente, como disse, apesar da natureza distinta das mesmas, estas são efectivamente duas boas notícias que aqui registo e que têm um impacto social relevante na vida quotidiana da nossa comunidade. Assinalá-las e reconhecê-las é, a meu ver, também um acto de honestidade e responsabilidade. Muito obrigado pela vossa atenção.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Francisco Afonso** para dizer que “é com uma enorme honra e um profundo sentido de responsabilidade que uso da palavra neste púlpito da Assembleia Municipal. Estar hoje neste órgão deliberativo, ainda que em regime de substituição, é para mim motivo de grande orgulho, sobretudo pela honra de estar rodeado de pessoas que colocam o interesse público e o desenvolvimento de Arganil no centro da sua ação. Permitam-me esta breve referência inicial, feita com humildade, verdade e respeito institucional.-----

-----Uso agora da palavra para reconhecer publicamente o papel absolutamente central do movimento associativo no nosso concelho, enquanto factor de coesão social, identidade territorial e proximidade às populações. Nas últimas semanas várias instituições do concelho assinalaram os seus aniversários e entendo ser meu dever nomeá-las de forma clara, transparente. Refiro-me à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Argus, à Associação Filarmónica Progresso Pátria Nova,



Assembleia Municipal

de Côja, à Casa da Comarca de Arganil, à Liga dos Amigos de Barroja, à Associação Filarmónica Barrilense, à Associação de Moradores de Casal de S. João, ao Rancho Folclórico As Flores, de Casal de S. João, à Liga Regional Cojense, à Comissão de Melhoramentos do Agroal, à Comissão de Melhoramentos de Soito da Ruiva, à União, Recreio e Progresso Celavisense, à União Nogueirense, à Comissão de Melhoramentos de Sorgaçosa, à Comissão de Melhoramentos da Póvoa de Folques e ainda à Associação Coral de 7 de Setembro. Independentemente da sua área de actuação, dimensão, localização, todas estas instituições têm em comum o serviço às pessoas, o trabalho voluntário e o compromisso com o território. São elas que muitas das vezes mantêm vivas as freguesias, fortalecem laços comunitários e asseguram respostas de proximidade. Reconhecer este trabalho é um dever de lealdade institucional, valorizá-lo é um acto de justiça e apoiá-lo de forma transparente e responsável é uma obrigação de quem exerce funções públicas. Nesse sentido, importa afirmar com clareza que estas instituições devem continuar a ser apoiadas pelo município. Contudo, entendemos que esse apoio deve ser progressivamente reforçado e, acima de tudo, mais equitativo, garantindo critérios claros, de justiça na distribuição dos recursos e a igualdade de oportunidade entre todas as entidades do concelho. Mais do que isto, no contacto próximo com as nossas populações, nos passeios atentos pelo nosso concelho, escuto frequentemente palavras que muito nos devem orgulhar. Ouço pais a dizer que o seu filho foi campeão de sub-15 no futsal de S. Martinho da Cortiça, ouço referencias a jovens arganilenses a atingir patamares elevados no futebol e no futsal nacional, há árbitros em altos escalões nacionais, há atletas do desporto escolar repetidamente premiados. Sabemos que o desporto em Arganil não se resume ao futebol e ao futsal e em diversas modalidades continuamos a ser surpreendidos por talento, dedicação e resultados, fruto do trabalho dos clubes, das associações, das escolas, dos treinadores, das famílias e dos próprios atletas. Mas também escuto com legitimidade a comparação com outros concelhos vizinhos, como Góis, Tábua, ou Oliveira do Hospital, onde existem galas de mérito desportivo. Uma gala do desporto não é apenas um momento simbólico, é reconhecimento público, valorização do mérito e um forte estímulo à continuidade do trabalho desenvolvido. Sabemos que o município tem vindo a apoiar o desporto, contudo, apoiar é essencial, mas reconhecer e agradecer publicamente também o é. Muitas vezes esse reconhecimento é o passo que falta, para que atletas e clubes alcancem outros patamares e levem ainda mais longe o nome de Arganil. Por isso, meus caros senhores, venho manifestar de forma clara, leal e transparente, a minha inteira disponibilidade em conjunto com a bancada do Partido Socialista para colaborar na elaboração de um Regulamento que permita a realização de uma gala de mérito desportivo em Arganil, ficando assim registado o nosso firme querer em avançar com este evento, porque reconhecer quem dá o melhor de si por Arganil, é acima de tudo um acto de justiça, de gratidão e de visão para o futuro. Muito obrigado.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o senhor deputado **Luís Gomes** para dizer que “foi notícia recente a decisão do Governo de alterar grande parte ou a totalidade do percurso do IP3. Tendo estado presente o Senhor Presidente da Câmara, para informação da Assembleia, de todos nós, gostaria de conhecer quais as vantagens e mais em concreto quais as decisões tomadas nesse acto que foi presidido pelo Senhor Primeiro-Ministro. Muito obrigado.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que “como foi referido concretamente o meu nome, pelo senhor deputado Rui Dias, gostaria de afirmar o seguinte: o discurso que fiz foi bem concebido, foi apropriado, e foi dito com convicção e expressou a realidade. De tal maneira expressou a realidade que eu dizia que, se calhar, questionava-me se devia dizer aquilo que estava a dizer naquele discurso, mas como entendia que as pessoas que tinham aquele comportamento não mudavam de um dia para o outro e tínhamos que trabalhar com elas, era importante dizer o que é que se passava sobre elas. É um facto. Efectivamente o senhor deputado veio aqui dizer que eu que considerava as pessoas que não concordavam comigo, como terroristas. Oh senhor deputado, é necessário enquadrar as coisas. Quando eu chamei terrorista a algumas pessoas foi quando elas espalharam boatos nas redes sociais, acusando outros, prejudicando outros, e isso efectivamente corresponde a um acto de terrorismo. Quando se lançam boatos, sem base, sem verdade, isso é terrorismo. E quem o faz, é terrorista. Já agora, e a base com que me referi ao senhor deputado, foi a mentira? Que andou na comunicação social, escrita por si. E é nesse sentido que eu neste momento também digo que não era verdade, que escreveu, escreveu, não disse, porque as palavras leva-as o vento, escreveu efectivamente que a Escola da Sarnadela ia ser demolida, onde havia milhares de euros que iam ser, que prejudicavam os munícipes. Foi o que o senhor disse e o que lá estava. Isto é um boato falso, falso, falso. Eu li. Eu li, foi-me mostrado. Isto corresponde a um boato e corresponde a um acto de terrorismo. É dentro deste contexto, não é quem não concorda comigo, é pelos factos concretos que são propagados. E esse é um facto que existiu. Já agora, a sua intervenção na tomada de posse, quando levantou um problema, de que não estávamos a seguir convenientemente a tomada de posse, em que demos posse em primeiro lugar à Assembleia, em segundo lugar à Câmara e só depois é que era a eleição da Mesa, correspondia à verdade, mas o senhor não se coibiu de dizer que mais uma vez não havia transparência, que era mais uma mentira e que estavam a elaborar. Foi-lhe pedido para justificar o facto, não o conseguiu fazer. Estávamos a seguir a norma descrita na própria lei. Segunda questão, quando vai ali apresentar ao púlpito a indicação correcta, perfeita, de uma lista para a Mesa, nesse acto, não se coibiu também, mais uma vez, de dizer que havia falta de transparência e que laborámos sempre na mentira. Isso é grave, senhor deputado. Penso que temos que, não gostaria, juro-lhe que não pretendia, neste acto, nesta primeira Assembleia, que quero que seja livre, liberta, onde haja discussão, aquilo que foi aqui apresentado



Assembleia Municipal

hoje foi um exercício perfeito dos senhores deputados que levantaram problemas para serem discutidos e para serem respondidos. É assim que eu entendo a democracia, mas a democracia tem regras e essas regras têm que ser cumpridas. Muito obrigado.”-----

-----Pedi novamente a palavra o senhor deputado **Rui Dias** para dizer que “agora tenho que falar em defesa da honra, porque aquilo que o Senhor Presidente agora disse não corresponde minimamente à verdade. Nesse sentido, aquilo que foi escrito na altura foi “parece que alguém quer”. Está escrito. Se o senhor Presidente da Assembleia leu isso, aconselho-o que vá ao oftalmologista, porque leu mal. Ponto. Número um. Aquilo que eu disse, e repito, e está escrito, foi “parece que há alguém”. Está escrito. Não diga que não, porque está escrito. Segundo, não me revejo nestas suas últimas palavras que são absolutamente mentirosas porque eu não disse que havia falta de transparência. Não disse. Foram ditas aqui pelo senhor Presidente desta Assembleia, o que é grave, porque consegue dizer para a restante Assembleia, um mês e meio depois, palavras que são irrecuperáveis, são neste momento exclusivamente da sua cabeça, da sua boca. Portanto, aquilo que disse foi uma mentira. Disse-o agora duas vezes, pondo na minha boca coisas que eu não disse, e afirmando coisas que eu não escrevi. Recupere, pois aquilo que eu disse foi “parece que há alguém”. Se leu assim, aconselho-o vivamente a ir ao oftalmologista ou então a ter aulas de interpretação.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para dizer “muito obrigado. Essa sua insolência e forma de apresentar as questões não é dignificante, mas de qualquer modo, vou-lhe responder. Ainda vou acrescentar uma coisa que é para todos saberem. Eu tive a coragem de lhe perguntar se aquilo era verdade, e se foi o senhor que tinha escrito. Perguntei-lhe directamente. Sabe qual foi a resposta? Sabe qual foi a resposta? Desculpe, sabe qual foi a resposta? Disse “disseram-me”. Portanto estamos esclarecidos. Acabou a discussão. Desligo-lhe o som. Acabou a discussão!”-----

-----O senhor deputado **Rui Dias** disse ainda que “esse é um acto seu, desde o ano passado. Também posso dizer, só não o faço por decoro, que o Senhor Presidente me disse isto e aquilo e aqueloutro, mas eu como sou uma pessoa de bem, não vou dizer, porque isso seria inqualificável da minha parte, ao contrário do senhor.”-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia** disse ainda que “estamos a começar mal, mas vamos endireitar isto de acordo com o Regimento e de acordo com a verdade.”-

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita**, para dizer que “venho responder à deputada Sandra Duarte, uma vez que antes de trazer aqui certos problemas a esta Assembleia, devia pelo menos inteirar-se do que se



Assembleia Municipal

passa. A senhora fez aqui uma intervenção completamente falsa, apenas ouviu a parte que a senhora quer ouvir e não foi ao local ver o que se passa, não fala com as pessoas, só ouve uma parte e nem essa parte, aquilo que a senhora aqui disse, não pode afirmar que é tudo verdade, pois tenho muitas dúvidas que a outra parte lhe tenha passado as informações como a senhora aqui as disse, uma vez que há acordo, embora a Junta não tivesse que fazer o que vai fazer, que é revestir o muro de que a senhora falou, a pedra, de acordo com os confinantes. Também disse aqui que nós entrámos na propriedade sem autorização. É completamente falso, tenho provas do que estou a dizer. A todos um bom dia.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada **Beatriz Seco** para dizer que “não querendo aqui alimentar nem continuar um tema que já foi suficientemente fracturante e que não dignifica ambas as partes, penso que invocar o nome do Dr. Cardoso desta forma, e não é entrar aqui em defesa, nós, todos os arganilenses, todos os nossos concidadãos, elegeram um Presidente da Mesa da Assembleia, que serve para moderar um debate. E levantar-se com altivez que não dignifica os trabalhos, penso que não seja o futuro que nós queremos incutir na vida política nem a todos os que nos vêem, nem a todos os nossos cidadãos. Entrarmos aqui num jogo de uma história que já passou, usarmos tempo que temos atribuído, que devíamos estar a usar para discutir ideias, enaltecer o que está a ser feito. Estamos perante um concelho onde existe qualidade de vida, eu vivi quase oito anos em Londres, vim trabalhar para o Hospital da Universidade de Coimbra, tenho dois filhos pequenos e escolhi vir para Arganil. Porquê? Porque reconheço que aqui tenho qualidade de vida. Existem coisas que podem ser melhoradas, perfeito, estamos no órgão certo para as debater, para as discutir, não para estarmos a entrar em histórias pequeninas, que não nos engrandecem. E aqui tenho que entrar em defesa do Dr. Cardoso, porque o nosso Presidente não está a tirar a voz a ninguém, o tempo terminou. É inequívoco. Se não existissem regras, até num pequeno jogo de futebol, está a rir-se, mas é verdade, na semana passada fui a Nogueira do Cravo, a um jogo do meu filho, e existem regras, o árbitro apitou, o jogo acabou. Mesmo que esteja a ser um lance promissor, o jogo acabou.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada **Sandra Duarte** para dizer que “só vim aqui para responder ao Senhor Presidente da Junta da Benfeita e deputado José Pinheiro. Se é falso, vai ter que justificar o que está escrito nos emails trocados entre a Junta de Freguesia e os proprietários. Tenho estado todos os dias em conversação com os próprios e tenho fotografias que fazem prova daquilo que o senhor diz que eu estou aqui a falsificar e a dizer coisas inválidas. Obrigada.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para dizer que “numa nota relativamente breve, acho que importa dizer que caminhamos num sentido daquilo que eu temia que fosse acontecer e acho que não dignifica mesmo nada. Já



Assembleia Municipal

ouvi mais vezes hoje a palavra falso, e sermos acusados de falsidade, do que em todos os anos que marquei presença nesta Assembleia. Acho que importa marcar um ponto de situação, ultrapassarmos estes capítulos, aquilo que é dito num momento oportuno acho que deve ficar, a organização deste órgão todos a conhecemos, vamos daqui a pouco votar o Regimento que lhe dita as regras, e aí podem entrar pontos de decisão que importa rever que é onde é que estão assentes os poderes.-----

-----Mas eu queria pegar na parte positiva das coisas, porque assumimos posições contrárias, mas há coisas que às vezes são ditas que ouvimos e que fazem todo o sentido, e puxar aqui por aquilo que foi a intervenção do colega deputado Francisco Afonso, e dizer-lhe que me revejo em muito daquilo que ele disse e muito agradecido fico por ele invocar algumas das conquistas dos arganilenses, que muito elevam esta terra, e dizer também que isso não se demarca daquilo que têm sido as atitudes que o município tem tido ao longo dos tempos, da melhoria das condições e se hoje há campeões de futsal em S. Martinho, é porque as condições em S. Martinho muito melhoraram. E eu tenho orgulho de ser parte daquela história, desde o primeiro dia em que aquela equipa se constituiu. Pisei muitas vezes aquele campo, conheci-o ainda em piso de cimento, e conheço-o agora. Conheço as condições que melhoram ou fazem mais campeões neste território. É bom ver que há esta capacidade de os elevar, de os reconhecer, não deixo de ligar a intervenção dele também àquilo que foi uma correção que vi vertida num formato de Regulamento, para criar o enquadramento correcto para os apoios a todas as Associações deste concelho, que eram se calhar geridas mais por sensibilidade do que por questões factuais e bem definidas. Acho que a criação de uma Gala poderá fazer sentido, eu próprio concordo com essa ideia, acho que dar visibilidade àqueles que realmente trazem conquistas para o território, é positivo. Se será feito e em que moldes, fica à apreciação do executivo, mas devo ainda referir dois momentos em particular que recorde em que esse reconhecimento aconteceu, aqui neste mesmo espaço, com o atleta André Rodrigues, num dos campeonatos nacionais de Trail e também com o atleta paralímpico José Castanheira, que nos deu a honra de trazer para Arganil por várias vezes o título de campeão nacional, em várias categorias do paracicismo. Isto são exemplos do reconhecimento que vai sendo transmitido às gentes desta terra, que fazem a conquista.-----

-----Mas o que eu queria dizer acima de tudo, era numa nota francamente mais positiva, de fazermos todos um esforço para abandonarmos estes discursos negativos, estes discursos de provocação, que incitam mais a ódios e a discórdias, do que propriamente ao engrandecimento da nossa terra. Fazermos todos um esforço nesse sentido, porque acho que faz sentido para quem nos declarou como competentes para estarmos aqui a defender os interesses de Arganil. Muito obrigado.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que “antes de responder às questões que foram colocadas quero aproveitar para me associar aos votos de pesar que foram aqui expressados e que foram também honrados com um minuto de silêncio, em relação à D. Natália Novais, ao Senhor Carlos Andrade e ao Professor Júlio Marques.-----

-----Começando pelas questões do deputado Rodrigo Oliveira, sobre a Quinta do Dr. Urbano, temos vindo a articular com um parceiro externo o desenvolvimento de uma solução que consideramos neste momento estar mais ou menos estabilizada, numa área diferente, de saúde e bem-estar. Neste momento é o destino que estamos a estudar relativamente àquela propriedade, numa percepção clara que ela tem já um conjunto de investimentos concretizados, mas que outros são necessários, para cumprir este desiderato. Sobre a questão da Rotunda da Relvinha, já tive oportunidade, mais do que uma vez, de esclarecer aqui os senhores deputados. Estamos a falar de uma rotunda que, sendo construída, como nós também defendemos, é uma rotunda numa estrada nacional, da tutela da Infraestruturas de Portugal. Nós até nos disponibilizámos, perante aquela entidade, para executar esta intervenção, mediante a celebração de um Acordo de financiamento, mas sem esse envolvimento da Infraestruturas de Portugal, como deverão perceber, objectivamente, sai da alçada da responsabilidade do Município, pese embora tenhamos vindo, com grande regularidade, a suscitar pressão sobre este assunto. Sobre a ETAR da Relvinha, estamos neste momento com o projecto de execução numa fase final. Como está plasmado nas Grandes Opções do Plano, contamos ter condições para uma candidatura que se for aprovada nos permitirá avançar com esta intervenção no decurso do próximo ano. Sobre o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, agradeço o seu apontamento, é um Plano que está neste momento em revisão, num processo alargado que envolve todos os municípios à nossa volta, e que integram a ADESA, no âmbito da qual este processo, de forma global para os 6 municípios servidos pela ADESA, está a ser elaborado. Sobre o apontamento que faz dos grandes parques fotovoltaicos, queria aproveitar para sublinhar uma vez mais esta grande conquista que conseguimos com o projecto Floresta da Serra do Açor. O prémio nacional da paisagem que conseguimos conquistar, aquilo que vem provar, é que a nossa estratégia de intervenção na área da floresta é uma estratégia correcta, adequada, e que efectivamente está alinhada com os princípios nacionais e comunitários em matéria de paisagem. O facto de termos ganho este prémio, vai permitir ao mesmo tempo, entrarmos na disputa do prémio europeu da paisagem. É um desafio para o concelho, mas ao mesmo tempo é uma montra muito significativa para uma área que nos diz muito e que, pessoalmente, sigo com grande apreço. Ainda sobre a questão concreta dos grandes parques fotovoltaicos, devo dizer-lhe que estou completamente em acordo consigo. Nesta matéria em particular, entendendo o impacto muito negativo que os parques fotovoltaicos provocam em várias instâncias, não apenas do ponto de vista do impacto da poluição visual, mas do impacto ambiental, da redução do solo disponível, quer para a actividade florestal,



Assembleia Municipal

quer para a actividade agrícola, por isso eu também não sou defensor de grandes parques fotovoltaicos, muito menos quando eles podem ter um impacto paisagístico negativo. Sobre isso já dissequei em momentos anteriores e mantenho esta minha perspectiva relativamente a estes investimentos.-----

-----Sobre a intervenção do senhor deputado Rui Dias, fazer apenas um sublinhado, dizendo que, sobre a questão das perdas, não referiu que ganhámos as eleições. Ganhámos as eleições para a Câmara, ganhámos as eleições para a Assembleia Municipal, ganhámos as eleições na maioria das Juntas de Freguesia. Certamente esse aspecto passou-lhe despercebido, mas de facto nós ganhámos as eleições. O senhor veio aqui anunciar derrotas, mas tenho que relembrar e fazer este sublinhado, ao mesmo tempo que agradeço aos concidadãos que nos deram a confiança para mais quatro anos de trabalho.-----

-----Sobre a intervenção do deputado Rui Matos, as questões que suscita têm níveis de possibilidade de intervenção diferenciada por parte da Câmara. Como sabe a localização de uma empresa é uma decisão que está na esfera dos seus proprietários e não havendo nada objectivamente que contrarie uma opção de localização, que não existe neste momento, e estamos a falar de uma empresa que tem a sua actividade licenciada, tem que cumprir os requisitos legais em matéria de ruído, em matéria ambiental, isso são assuntos que têm que ser acompanhados, mas decisões de localização, como deverá perceber, não ficam na esfera do município. Em relação à mobilidade urbana, e ao exemplo que aqui trouxe, o “Siga o Falcão”, é um sistema que tivemos oportunidade de perceber qual era a sua lógica de intervenção, dizer que boa parte daquilo que está inerente a este sistema, em Pinhel, é o que já temos implantado no território, desde logo o Transporte Flexível a Pedido, que foi uma conquista muito grande para o território alargado dos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. O conjunto do nosso concelho, a par com o concelho de Oliveira do Hospital e o concelho de Pampilhosa da Serra, são aqueles que têm um nível de procura mais significativa por parte deste sistema, o Sit Flex, e que é efectivamente uma resposta muito robusta àquilo que é a necessidade das pessoas. Sobre a referência que faz às Piscinas, estamos a fazer o acompanhamento e já contratámos projecto de execução, porque reconhecemos que são necessárias algumas intervenções para melhorar as condições que temos naquele espaço, um espaço que tem uma procura muito significativa por parte de utilizadores e que queremos manter nas suas perfeitas condições.-----

-----Quero agradecer a intervenção que a senhora deputada Beatriz Seco fez, sobre os méritos do Mercado de Natal.-----

-----Sobre a intervenção da deputada Ana Sofia Antunes, veio aqui trazer um assunto que já ficou esclarecido, e que foi decidido há sensivelmente oito anos, em decisões participadas, que contaram inclusivamente com a participação da Câmara Municipal, pois estamos a falar de projectos cuja aprovação carecia da intervenção da Câmara Municipal no seu segmento mais alargado, portanto em sede de reunião



Assembleia Municipal

de Câmara, e esta intervenção, conforme estava inicialmente prevista, foi considerada, do ponto de vista técnico, inadequada, desde logo face àquilo que era o seu desencontro, nomeadamente na perspectiva paisagística, ou do ponto de vista da escolha dos materiais, que era manifestamente incompatível com o trânsito que não tem outras alternativas e que passa ali, nomeadamente o trânsito pesado e portanto essa intervenção foi abandonada; e as verbas, estou a ver que hoje há aqui uma grande dúvida, confusão e grande desconhecimento sobre matérias orçamentais, mas estas verbas que foram utilizadas nas intervenções que aconteceram no espaço público, tiveram que ser, ainda assim, significativamente alavancadas com mais meios, para cumprir as intervenções que fizemos no espaço público.-----

-----Sobre a intervenção do deputado Raul Martins queria agradecer muito a tónica que coloca nesta matéria da actividade física, que é uma matéria do interesse, do ponto de vista da saúde pública, de todos os nossos concidadãos, mas ao mesmo tempo nesse grupo alargado todos nós estamos incluídos, eu fiquei manifestamente surpreendido por um estudo que li há alguns anos, que a par das tantas referia o impacto verdadeiramente avassalador, do ponto de vista positivo, que a actividade física regular permite ao nível da saúde de cada um de nós e recordo os 150 minutos por semana que serão cerca de 11 minutos diários, numa simples caminhada, podem, se a memória não me falha, proporcionar um aumento da qualidade de vida em cerca de 7 ou 8 anos, um aumento e uma interligação muito grande. Quero portanto agradecer esse apontamento e dizer que ele está alinhado com a estratégia que temos vindo a desenvolver nomeadamente com os segmentos populacionais que oferecem maior cuidado, nomeadamente o sector sénior, temos vindo a apostar muito no desenvolvimento da actividade física, numa parceria alargada que estamos a implementar no território, entre o município e os parceiros que integram o Contrato Local de Desenvolvimento Social, cientes desta responsabilidade, que é uma responsabilidade colectiva, e que como muito bem aqui lembrou, tem um impacto muito grande na redução da taxa de mortalidade, nomeadamente nos problemas que aqui muito bem assinalou, da área cardiovascular e ao nível dos cancros. Agradecer o apontamento que deixou sobre o grande impacto desta iniciativa Picos do Açor, é uma iniciativa, como saberão, à qual o município se associa, mas conta com uma equipa externa, todos eles ligados ao sector, com grande profissionalismo, com grande dedicação, e que conseguiram em poucos anos implementar uma prova que se destaca já no panorama nacional, com impacto internacional brutal, que tem todo este retorno e este tirar partido de um território não apenas no momento em que a prova acontece, mas ao longo do ano, nos diversos momentos de treino, que são concretizados no concelho e que ao mesmo tempo confere Picos do Açor uma projecção concelhia muito significativa.-----

-----Sobre a intervenção da deputada Sandra Duarte, desconheço este assunto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita já respondeu, não consigo neste momento adiantar o que quer que seja.-----



Assembleia Municipal

-----Quero acompanhar a intervenção que a senhora deputada Maria José Silva fez sobre o mérito da Associação E-Motion, naquilo que tem conseguido, e ficamos também muito satisfeitos neste caso, tal como nos casos que o deputado Francisco Afonso há pouco mencionou. Ficamos muito satisfeitos com aquilo que é o resultado das apostas que o município faz, desde logo ao nível dos Contratos de Desenvolvimento Desportivo e Cultural. Esta é uma das Associações que é apoiada de forma significativa por parte do município, e ficamos regozijados quando vemos que esses apoios permitem atingir estes ou contribuem para que estes galardões sejam conquistados.-----

-----Sobre a intervenção da deputada Patrícia Cordeiro, eu iria tentar mais à frente abrir aqui um slide para tentar passar informação de forma mais visual, é mais fácil de perceber, por isso vai desculpar-me que passe a resposta para a parte final.-----

-----Sobre as faixas das estradas municipais e respectiva limpeza, assunto que foi trazido pelo deputado Jorge Neves, temos um investimento muito significativo em parceria com as freguesias, ao nível daquilo que é a silvicultura preventiva, que está relacionada com esta matéria e manteremos e consolidaremos esta metodologia de trabalho com as freguesias que fazem, também neste campo, um trabalho absolutamente extraordinário. Sobre os Sistemas de Abastecimento de Água, como aqui reconheceu, o sistema de Monte Redondo, daqueles que estavam fora do âmbito do município, foi dos últimos a ser integrado nos sistemas municipais, em 2017. Antes disso, foram integrados cerca de 30. No caso de Monte Redondo, estamos a falar de sistemas muito maduros, todos eles sem excepção a necessitarem de investimentos muito significativos. Sabemos bem o que é necessário fazer no Monte Redondo e estamos a desenvolver um plano de intervenção nos vários sistemas, mas priorizando aqueles que têm que ser priorizados. Quem chegou primeiro, quem contratualizou primeiro, temos o dever de fazer essas intervenções e já o fizemos em algumas aldeias. Por exemplo, estamos a concretizar investimentos significativos na aldeia da Esculca, aldeia que aqui também invocou.-----

-----Sobre a intervenção do deputado José Miguel Marques, e relativamente àquilo que tem sido a abrangência do Sistema Intermunicipal de Transportes, que designamos de Sit Metropolitano, ele vem efectivamente trazer maior qualidade naquilo que tem a ver com a frota, pois estamos a falar de uma frota toda ela nova, com outras comodidades, desde logo ar condicionado, wi-fi e os carros são mais novos, mesmo do ponto de vista ambiental estamos a falar de uma resposta completamente diferente, mas ao mesmo tempo tem uma grande adesão àquilo que é a necessidade das pessoas, com esta complementaridade entre o Sit Metropolitano e o Sit Flex que permite dar uma resposta abrangente a todos os nossos concidadãos. Acompanhar as referências que fez relativamente aos méritos da Academia Sénior, um projecto que iniciámos muito recentemente.-----

-----Dizer ao deputado Francisco Afonso que acompanho muito daquilo que disse e como já referiu o deputado Christophe Coimbra há pouco, nós não dissociamos, de



Assembleia Municipal

facto, aquilo que são os resultados que estas instituições conseguem obter, daquilo que é o esforço que o município - e o município somos todos nós e todos os nossos concidadãos – faz, no apoio a estas instituições. Estamos a falar de um volume de apoio que já é significativo, que tem crescido ano após ano, e é bom ver quando os resultados acontecem. Queria, contudo, e o deputado Christophe Coimbra já o referiu há pouco, clarificar um assunto que aqui referiu, sobre os critérios de justiça na distribuição dos recursos; os critérios hoje são matemáticos, por isso há uma justiça absoluta. Às vezes criam até algumas questões se a instituição A ou B merecia tanto ou se merecia menos, mas na realidade, aquilo que fizemos em sede de reunião de Câmara, foi aprovar um conjunto de critérios de aplicação matemática que são sindicáveis, são verificáveis, são auditáveis, são auditados todos os anos, ou seja, se a informação que as associações prestaram é correcta ou não, portanto, em matéria de transparência e em matéria de equidade, são aplicados critérios absolutamente idóneos na apreciação das candidaturas. Sobre a questão do reconhecimento, como já referi, ele resulta muito daquilo que é o reconhecimento que fazemos aqui diariamente, não apenas nos momentos festivos, mas também no apoio regular que é atribuído. Sobre a proposta que fez, não tenho opinião formada, mas é assunto que podemos discutir e desenvolver ao longo destes quatro anos em que trabalharemos.-----

-----Se o Senhor Presidente da Mesa permitir, eu gostava de colocar aqui uma projeção, sobre o tema do IP3, e aquilo que são as soluções que foram apreciadas em sede da Comunidade Intermunicipal. O Governo colocou à consideração da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e à consideração da Comunidade Intermunicipal de Viseu-Dão-Lafões um conjunto de alternativas, um conjunto de soluções, com vista a uma tomada de posição tanto quanto possível alinhada por parte das Comunidades Intermunicipais, em nome dos Municípios. Estamos a falar objectivamente de uma pretensão antiga que vinha de um Plano que tem seguramente mais de 30 anos, que basicamente visava ligar Figueira da Foz até, salvo erro, Vila Real ou Chaves, por auto-estrada. Nestes trinta e tal anos a realidade é aquela que todos conhecemos, é uma pequena grande manta de retalhos, com várias soluções ao longo de todo este percurso. Aquilo que o Governo adiantou como propósito, passa por cumprir aquilo que deveria ser um desiderato nacional e é o mínimo que se exige, que é a ligação por auto-estrada entre todas as capitais de distrito do país. Há algumas em que isso ainda não acontece e um dos casos é precisamente a ligação de Coimbra a Viseu. Os vários cenários que foram colocados em cima da mesa, estes cenários 2-A e 2-B, basicamente, passam pela possibilidade de ser considerada uma nova variante, que é a grande diferença, de ligação ao nó do Rojão Grande, ao invés de fazer a ligação ao nó da Lagoa Azul. O que está neste momento em cima da mesa sobre esta possibilidade são questões técnicas que esta eventual variante, que para nós até poderia ser positiva, possa colidir com algumas questões de carácter ambiental e do ponto de vista da Protecção Civil, as de carácter ambiental têm a ver com uma Reserva para Termas, que existe naquela zona, a



Assembleia Municipal

outra temática crítica tem a ver com a zona de scooping, que é o corredor que é utilizado para fazer o abastecimento dos aviões de combate a incêndios, e não se sabe ainda, não está ainda estudado, se esta nova variante teria consequências a esse nível. Portanto, o que vai determinar se a variante vai ser construída ou não, são apenas estas duas circunstâncias. Em termos de decisão, das decisões mais críticas para o sector Sul, aquilo que tem mais impacto nos territórios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, estamos a falar essencialmente da ligação ou entre o Rojão Grande ou entre a Lagoa Azul e Coimbra, isto para apanhar desde logo o município de Mortágua, e o que foi colocado à discussão das Comunidades Intermunicipais, dentro das Comunidades Intermunicipais, às Câmaras Municipais, tinha a ver com a opção entre estes dois cenários, o cenário 2-A e o cenário 2-B. Estes dois cenários, o que é que um e outro consideram? Os dois consideram a ligação que a todos parecerá em princípio óbvia, da ligação da auto-estrada A-1 à auto-estrada A-13, ao nó de Ceira, que termina actualmente no cimo daquele monte, aquele viaduto, que só faz sentido existir com esta interligação à A-1. Esta variante é inequívoca em qualquer um dos cenários. O que estava depois em discussão e em opção, e era a grande diferença entre os cenários 2-A e 2-B, tinha a ver com a hipótese de uma variante entre o nó de Penacova e um nó que teria que ser construído algures a meio da variante que liga a A-1 à A-13. Eram as duas opções que estavam em cima da mesa, uma vez que qualquer que seja o cenário, qualquer um deles considera esta variante designada de variante de Penacova, que visa em concreto rodear o conjunto patrimonial da Livraria do Mondego, uma vez que preservá-la é absolutamente incompatível com o alargamento do traçado do IP3 e nem acho que isso fosse a solução mais adequada. Posto isto, devo dizer-lhes que a opção acabou por ser por este cenário 2-A. A minha opinião pessoal estava de certa forma isolada e por isso tomei a opção que a generalidade dos meus colegas também tomou. Acho que esta solução 2-B teria outro alcance para o futuro, a solução que foi aprovada em sede da Comunidade Intermunicipal foi a 2-A, que considera o alargamento entre Penacova e A-1, Trouxemil, Souselas, o alargamento chamado de perfil de auto-estrada, mas aquilo que os técnicos referem é que é mais um perfil de duas faixas mais duas faixas, sem que isso corresponda objectivamente a um perfil de auto-estrada, mas é a solução que maioritariamente, de forma alargada foi defendida, com o grande argumento de que é mais rápida. Neste momento é o que está em cima da mesa.-----

-----Paralelamente a isto, e complementando a questão que a senhora deputada Patrícia Cordeiro colocou, nomeadamente em relação ao Anúncio que o Governo fez, através da pessoa do Senhor Primeiro-Ministro e depois do Ministro das Infraestruturas, sobre uma ligação a Góis e a Arganil, como deverão recordar, há uns tempos atrás, ainda o Senhor Primeiro-Ministro era líder da oposição, fez uma visita ao concelho e foi um dos assuntos que colocámos em cima da mesa como uma necessidade para a região, o cumprimento do Plano Rodoviário 2000, nomeadamente a ligação deste Interior, Arganil-Góis-Lousã. Essa intervenção



Assembleia Municipal

continua no Plano Nacional Rodoviário e aquilo que está aqui a ser considerado é que, no âmbito deste processo alargado, pelo menos uma ligação directa com um perfil diferente a Góis, que resolva as questões de Poiares, Góis e Arganil, seja concretizada. Naturalmente que temos a ambição de poder colar esse compromisso do Governo, tanto quanto possível àquilo que era o traçado da EN 342, aquele traçado que foi aqui anunciado há quase 20 anos, porque ele de facto permitia aqui um corredor novo e muito relevante para a nossa região, desde logo com uma ligação directa a este conjunto de municípios que estão aqui mais pelo Interior, como é o caso de Arganil, Góis, Lousã e Miranda do Corvo. Basicamente, é aquilo que se pode acrescentar sobre este tema. Posso dizer ainda que o Conselho de Ministros da última quinta-feira já aprovou o avanço deste processo, agora serão contratualizados projectos, e aquilo que se espera, em termos de calendário, de intervenção, é, olhando para a projeção do cenário 2-A, é que algumas intervenções possam iniciar-se muito rapidamente, desde logo o troço entre Souselas e Penacova, com a respectiva duplicação, esta foi a grande justificação para não ser considerado o outro anel e o novo troço entre Penacova e Ceira. Este é o grande argumento, a eventualidade de no segundo trimestre de 2026 já estar a acontecer obra entre Penacova e Souselas, ao nível da duplicação. O calendário global deste cenário 2-A é aquele que podem ver aqui nesta apresentação. Muito obrigado.”-----

ORDEM DO DIA

-----**PRIMEIRO:** Apreciação e votação da Acta nº 4, realizada na Sessão Ordinária do dia 13 de Setembro de 2025.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos contra, 10 abstenções e 23 votos a favor, aprovar a acta nº 4/2025, da sessão ordinária realizada no dia 13 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que “sobre a acta quero fazer um reparo muito rápido; na acta diz que aquando do pedido do senhor Presidente da Assembleia para terminar a transmissão e desligar os microfones, que o Senhor Presidente da Assembleia invocou o artigo e o Regimento e isso não é verdade, pois o Senhor Presidente não invocou nenhum artigo nem nenhum Regimento. Isso que fique bem explícito. Obrigado.”-----



Assembleia Municipal

-----**SEGUNDO:** Apreciação e votação da proposta do Regimento da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 26º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação.-----

-----Presente a Proposta de Regimento em apreço, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia** explicou que “nós apresentámos um Projecto de Regimento, como é competência da Mesa, que foi divulgado e que está à apreciação.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada **Patrícia Cordeiro** para dizer que “quero começar por fazer aqui um “disclamer”, permitam-me que utilize este estrangeirismo, porque esta vai ser uma intervenção constrangedora, e preferia, particularmente, não a fazer. Não porque tenha algum pudor em expor o tema, mas porque me embaraça particularmente que tenha a necessidade de apresentar esta questão.-----

-----Dia 17 de Dezembro recebemos uma comunicação em nome do Senhor Presidente da Assembleia dizendo que as propostas apresentadas, não só pela bancada do Partido Socialista, e cito, “não apresentam novas contribuições substanciais, estando já contempladas”, informando, portanto, que seriam desconsideradas. Estimados deputados do Partido Social Democrata, estimado deputado do CHEGA, estimados deputados Independentes, sei que à data deste email não tinham em vossa posse aquela que era a proposta da bancada do Partido Socialista, pois ela ficou disponível mais tarde, após nossa insistência, e por isso esta é a razão da minha intervenção, porque acredito verdadeiramente que tenha havido uma falha de comunicação. As propostas da bancada do Partido Socialista referem-se a alterações simples e de mais basilar compreensão, e concretizo: facilitar a intervenção das pessoas com mobilidade reduzida. Para nós é imperativo. Na última Assembleia tivemos uma intervenção do Senhor Armando, que teve muita dificuldade em andar, em mover-se até ao púlpito, à época, e a mensagem que lhe foi passada pelo Senhor Presidente foi e volto a citar novamente, “tem dificuldade em deslocar-se, mas tem que ser ali”. A questão que coloco é porque é que tem que ser ali? Porque é que não podemos levar um microfone até a um cidadão que tem dificuldades em andar? Senhores deputados, estar aqui hoje, a tentar explicar que este tema deve ser debatido e aprovado, envergonha-me e francamente, devia envergonhar cada um de nós. Falo sobre uma outra alteração, levar estas Assembleias a outras freguesias do nosso município. Eu pergunto com honestidade, os senhores deputados não querem ir até às freguesias que vos elegeram? Os Senhores Presidentes de Junta não querem estas Assembleias nas vossas freguesias? Somos na verdade da opinião que só se faz política no Salão Nobre? Uma última proposta que importa aqui esclarecer, a questão da transmissão online destas Assembleias. A proposta apresentada à votação, que iremos agora votar, importa também dizer-vos, fala da possibilidade de transmissão. A proposta de



Assembleia Municipal

alteração do Partido Socialista foi tão somente dizer “obrigatoriedade de transmissão”. Não quero acreditar que tenha entendido bem a proposta; vamos ter um retrocesso? Vamos deixar de transmitir estas Assembleias? Será que eu entendi bem? Não pretendemos desautorizar o Senhor Presidente nem a restante Mesa, não me interpretem mal, sei que é a vossa responsabilidade proporem o Regimento. Acredito sim, verdadeiramente, que houve uma falha de comunicação e por isso estou aqui. Sei que ao longo destes quatro anos vamos ter muitas discordâncias, mas acredito, e como deputada estreante, que o respeito que é necessário ter pelo cidadão, não será uma delas. Um cidadão com dificuldade em andar, tem prioridade numa fila de supermercado. Tem prioridade em sentar-se num banco do autocarro, nós levantamo-nos para ele se sentar. Porque é que aqui haverá de ser diferente? Porque é que aqui o fazemos levantar e andar? Não faz sentido e quero acreditar que não fará sentido para nenhum dos deputados aqui presentes.-----

-----Estimada Assembleia, falhas de comunicação ocorrerão sempre, tenhamos nós a humildade e a inteligência de as reverter. A bancada do Partido Socialista propõe que as alterações por nós apresentadas sejam discutidas e votadas, ponto por ponto, dando a oportunidade de integrar aquelas que reúnam consenso e de desconsiderar, naturalmente, aquelas que não tenham unanimidade. Obrigada.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rui Pedro Matos** para dizer “muito obrigado à colega Patrícia pela sua intervenção. Sou pessoa portadora de deficiência, mas quando cheguei a esta sala, para representar os munícipes, fiquei decepcionado pela maneira como a mesma estava disposta. Fiquei decepcionado pelo facto de que todos nós vivemos no mundo digital, todos os documentos chegaram por via digital e é muito facilitador ter uma mesa de trabalho para todos e claro que corroboro totalmente as palavras da colega deputada Patrícia, neste campo correspondente às condições de trabalho, quanto mais não seja, um microfone estar presente em todas as mesas, para os deputados. Além da tal comunicação que chegou tarde, volto a repetir que só tive 96 horas para trabalhar todo este documento fundamental das Grandes Opções do Plano. Desejo, pegando nas suas palavras, que o nosso trabalho seja um exercício colaborativo e neste campo, esta primeira sessão está a correr bem, mas houve alguns lapsos que é importante corrigir nas próximas reuniões, quanto mais não seja para dar a conhecer aos deputados quais são as decisões das reuniões de Câmara. Eu gostava de saber o que é que se passa nas reuniões de Câmara, saber no dia seguinte, ou passados uns dias, porque há uma acta que é elaborada. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Sandra Duarte** para referir que “no processo de elaboração do Regimento para o mandato 2025-2029, apresentei contributos escritos com propostas de redação concreta, visando reforçar a clareza procedimental e a operacionalização dos trabalhos da Assembleia. A Mesa entendeu não acolher essas propostas, por considerar que as matérias se encontram já previstas no Regime Jurídico das Autarquias Locais. Fica registado que os



Assembleia Municipal

contributos apresentados visavam a densificação do Regimento enquanto instrumento normativo interno, e não a mera reprodução da lei geral. Fica o registo para memória futura, solicitando que o mesmo fique consignado em acta.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para referir que “em relação a este ponto e como foi a proposta feita pela Mesa, eu gostaria de dizer o seguinte: o problema da deslocação até ao púlpito foi tido em consideração o facto de haver um ponto fixo para fazer a transmissão; pode haver pessoas no público que a todo o momento não queiram ser filmadas. Foi esse o objectivo. Quando houver um deficiente, como foi o caso do Senhor Armando, com certeza pode levar-se lá um micro, tendo em atenção o problema de quem está presente, ao lado, temos que ver se deu consentimento para ser filmado. Outro ponto, diz a senhora deputada do PS em relação a algumas coisas que não foram tidas em atenção; por exemplo, no caso que falou aí, das sessões passarem para as Juntas de Freguesia, onde é muito bem se entendesse a todo e qualquer momento. Oh senhora deputada, esse assunto está no ponto dois do artigo oitavo: “por razões relevantes as sessões poderão decorrer noutra localidade dentro da área do município”. Está aqui consignado. Quanto ao restante, reparem que tudo aquilo que é apresentado nas propostas do PS, não há nenhuma que altere o articulado e a posição contida nos artigos. Não há uma. O que há, é o seguinte: acrescentar ou mais uma linha, ou mais um ponto; é essa a situação. No nosso entendimento tudo o que foi proposto já está contido nos artigos. De qualquer modo, façam o favor de apresentar a proposta, para analisarmos.”-----

-----A senhora deputada **Patrícia Cordeiro** disse ainda que “a proposta foi apresentada e está para consulta de todos os deputados. Nós solicitamos que possam integrar e votar as alterações que os senhores deputados entendam que sejam pertinentes de integrar.”-----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia** disse ainda “então leia, se faz favor, o ponto que pretendem acrescentar, que acho que é o ponto cinco no artigo 8º.”-----

-----A senhora deputada **Patrícia Cordeiro** referiu que “eu não me importo de apresentar as propostas e de as votarmos, mas não entendo que seja competência minha, porque o documento está disponível para todos os deputados.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que “realmente é competência da Mesa; a Mesa acolheu todas as propostas que vieram da deputada independente Sandra Duarte e as do Partido Socialista. Depois de as analisar verificou que não havia matéria substancial para integrar e nessa razão, apresentamos a esta Assembleia este Projecto de Regimento, que vos foi distribuído e, portanto, vamos votá-lo.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada **Beatriz Seco** para dizer que “eu queria centrar a minha intervenção numa reflexão que peço que seja serena sobre algumas das propostas que a bancada do Partido Socialista apresentou. A defesa da



Assembleia Municipal

transparência, da publicidade dos trabalhos e o acesso dos cidadãos à informação, eu pendo que seja o valor que todos nesta sala partilhamos. No entanto, quando se propõe, por exemplo, - e eu tive oportunidade de ler o que vocês enviaram Patrícia, *a obrigatoriedade de transmissão permanente das sessões em múltiplas plataformas, a disponibilização imediata das gravações ou a limitação quase absoluta da margem de actuação da Mesa na gestão dos trabalhos*, penso que devemos questionar se estamos a reforçar o debate democrático, ou a incentivar a sua mediatização excessiva. A política não pode transformar-se num exercício permanente de comunicação para as redes sociais. Quando isso acontece, o debate empobrece e estamos constantemente, diariamente, a perceber isso nas redes sociais, e com os polígrafos que têm sido uma moleta para dignificar a comunicação social, tivemos agora com o Ministro da Educação, um exemplo claro do que está a acontecer, as intervenções proferidas nesta Assembleia podem deixar de procurar soluções e passam a procurar impacto, cliques, ou frases soltas fora desta sala. Outro exemplo que retive é a excessiva rigidez proposta na condução das reuniões, que reduz a capacidade da Mesa - e a minha intervenção há pouco foi muito sobre este ponto, de garantir equilíbrio, ordem, e bom funcionamento. Um Regimento não deve ser um instrumento de confronto, mas um quadro de estabilidade que permita o diálogo político com o respeito institucional devido. Enquanto deputada municipal pelo Partido Social Democrata, partido que lidera o município, quero que fique claro que não temos receio do escrutínio nem da transparência, mas acreditamos que a democracia local se constrói com responsabilidade, com debate sério e com o foco no essencial. No fundo, fazer política é isto mesmo, procurar fazer o melhor para todos, e não transformar a Assembleia Municipal num palco permanente de exposição mediática ou de luta partidária. É esse o compromisso que devemos aos cidadãos de Arganil.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para dizer que “sob pena de fazer algumas interpretações que possam não ser 100% da área jurídica, até porque eu não tenho qualquer tipo de formação na área, eu também afirmo ter conhecimento da proposta do PS, a partir do momento em que a proposta do Regimento nos é partilhada na Cloud, e que estava acompanhada de alguns contributos. Resumindo aquela que é a minha análise, acho que não deva ser um documento que deva contemplar tudo e mais alguma coisa, senão qualquer dia estamos aqui a discutir se fixamos prazos ou não para podermos ir à casa de banho, por exemplo. Estamos a falar de uma base de trabalho que está definida para ser liderada por uma Mesa que tem competência própria para delegar naquilo que é a proposta que nos apresenta e aquilo que podemos fazer é votar essa proposta favoravelmente ou não. Foram acolhidos os contributos que a Mesa entendeu que deviam ser acolhidos, a opinião que tenho depois da leitura deste documento, é que visa alguns assuntos que são de interesse, mas na minha óptica, grande parte deles estão já vertidos na proposta de Regimento. Se a leitura do Partido Socialista for que o que está dito não permite assumir que uma Assembleia possa ocorrer de forma



Assembleia Municipal

deslocada numa das nossas freguesias, eu tenho uma interpretação diferente, acho que o que lá está permite que essas sessões ocorram nas freguesias. Se temos que o dizer de forma mais detalhada ou não, acho que é mais uma questão de semântica do que propriamente outra coisa. Na minha análise, e de acordo com o próprio Regimento, que fixa na Mesa a competência de nos apresentar a proposta de Regimento, acho que é isso que de forma factual aqui devemos votar. A propósito, e porque no caminho para casa também pensei nisso, acho que faria sentido pensar-se nas Assembleias onde votamos pontos mais extensos, como o Orçamento e a Prestação de Contas, que o horário 10.00 da manhã poderá ser um pouco tardio, pois é quase uma da tarde e não estamos sequer nos pontos de maior discussão e vamos resumir muito a duração da Assembleia, e corremos o risco de chegar à votação de pontos realmente importantes e fazemo-lo com salas já muito despidas. A meu ver acho que deveríamos considerar a hipótese de andar com o horário um pouco para trás, em particular nas sessões com assuntos em que o período de discussão pode chegar às duas horas. Muito obrigado.”-----

-----Pedi novamente a palavra a senhora deputada **Patrícia Cordeiro** para dizer que “na sequência daquilo que foram as interpelações dos deputados do Partido Social Democrata, uma nota para esclarecer que a minha intervenção não visou que o documento fosse integrado na íntegra, ou seja, na última Assembleia tivemos a prova que a mesma não estava pronta para receber com as condições dignas e para assegurar a intervenção de um cidadão com mobilidade reduzida e a questão foi tão somente vale a pena pensarmos nisso? Vale a pena assegurarmos que numa próxima o Senhor Armando, ou outros Senhores Armandos tenham oportunidade de fazer essa intervenção de forma digna? Na nossa opinião vale a pena, mas claro que ao final do dia vale a democracia e aceitamos o que for aqui decidido, naturalmente. Quanto à intervenção do deputado Christophe, penso que é pertinente podermos rever o horário ou eventuais pausas, mas deixando também explícito que, da parte da bancada do Partido Socialista, enquanto se estiverem a discutir temas pertinentes para o município, do nosso lado não verão uma bancada despida, porque não foi para isso que nós fomos eleitos. Obrigada.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para referir que “no caso de deficientes se deslocarem dali até aqui, certamente será revisto caso a caso, na altura própria, não tenha qualquer problema. Somos humanos e sabemos concretizar no momento o que for necessário.”-----

-----Pedi novamente a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para dizer que “a minha intervenção é precisamente sobre este reparo que o Presidente agora constata. Eu acho que importa realmente também esclarecermos todos os presentes de qual é o impacto que têm as transmissões ou não, e aquilo que são as filmagens em plano aberto ou não, porque acho que é isto que limita muito a orgânica da sala e aquilo que é o local onde cada um de nós pode intervir. Ou passamos a um modelo em que todas as pessoas que participam nesta Assembleia



Assembleia Municipal

aceitem ser sujeitas a transmissão nas plataformas, ou então quem pede a palavra para intervir terá que o fazer no local dedicado para o efeito. Acho que precisamos de esclarecimentos sobre estes dois pontos, não se justifica estarmos a discutir aqui, não devemos levar aquilo que é a dificuldade técnica de uma execução e termos que cumprir aquilo a que a lei nos obriga, que tem a ver com a proteção de dados, querendo com isto dizer que não vamos deixar de criar condições dignas para acolher aqueles que possam ter alguma dificuldade física. Claro que vamos adaptar o espaço, que acho que é isso que se impõe. Isto já foi tema no passado, a razão de se impor que tenha que ser num determinado local ou não, em última instância, se aceitarmos todos estar sob a transmissão televisiva, estas imposições deixam de acontecer e a palavra circula por todos sem qualquer problema. Tentar perceber qual é o modelo que mais se adapta, mas que fique claro que em momento algum, ao aprovarmos este Regimento que terá o nosso voto favorável, estamos com isto a dizer que não aceitamos que seja adaptado o espaço para receber pessoas que tenham limitações físicas. Uma coisa não tem ligação com a outra. Obrigada.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 7 votos contra, 1 abstenção e 27 votos a favor, aprovar a proposta do Regimento da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 26º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**TERCEIRO:** Acidentes Pessoais dos Eleitos Locais. Fixação de valores e actualização dos elementos seguros, nos termos do artigo 17º do Estatuto dos Eleitos Locais, aprovado pela Lei nº 29/87, de 30 de Junho, na actual redação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, e de acordo com a informação técnica INF/593/2025, aprovar, para o presente mandato, a proposta de fixação dos seguintes valores para o seguro de acidentes pessoais dos seus membros (35): a) morte ou invalidez permanente = 250.000,00€; incapacidade temporária (dia) = 150,00€; despesas de tratamento e repatriamento = 15.000,00€.--

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**QUARTO:** Apreciação e votação, nos termos do artigo 26º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 03 de Setembro, na actual redação, da proposta de Fixação da taxa de IRS para o ano de 2026.-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto contra, 1 abstenção e 33 votos a favor, e de acordo com a informação técnica INF/643/2025, aprovar a proposta de que o Município abdique dos 5% a que teria direito do produto da cobrança do IRS, no concelho, em 2026, nos termos do artigo 26º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 03 de Setembro, na actual redação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**QUINTO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, da proposta de Fixação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referente ao ano de 2025, a ser cobrado no ano de 2026.-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, deliberou, por maioria, com 1 abstenção e 34 votos a favor, e de acordo com a informação técnica INF/644/2025, aprovar a seguinte proposta:-----

---1 - Fixação da taxa a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 112º (prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI) em 0,3%, em 2025, a ser cobrada em 2026.--

---2 - De acordo com o artigo 112-A do Código do IMI, na sua actual redação, o seguinte:-----

-----a) redução de 30€ para famílias com um dependente a seu cargo.-----

-----b) redução de 70€ para famílias com dois dependentes a seu cargo.-----

-----c) redução de 140€ para famílias com três dependentes, ou mais, a seu cargo.---

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SEXTO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 169º da Lei nº 16/2022, de 16 de Agosto, na actual redação, da proposta de Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2026.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 abstenção e 34 votos a favor, e de acordo com a informação técnica INF/640/2025, aprovar a proposta de manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2026 nos 0,25%, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 169º da Lei nº 16/2022, de 16 de Agosto, na actual redação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----**SÉTIMO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, da proposta de Fixação da Taxa de Derrama para o ano económico de 2026.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, e de acordo com a informação técnica INF/641/2025, aprovar a proposta de fixação da Taxa de Derrama para 2026 em 0%, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**OITAVO:** Apreciação e votação da proposta de Emissão de Parecer sobre os Projectos de Lei nºs 245/XVII/1ª (PS) e 278/XVII/1ª (PSD) - “Elevação da Povoação de Côja à Categoria de Vila Histórica” nos termos do nº 3 do artigo 8º da Lei nº 24/2024, de 20 de Fevereiro.-----

-----Presente a Proposta I/1239/2025, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

Proposta

Emissão de pareceres sobre os Projetos de Lei n.ºs 245/XVII/1.ª (PS) e
278/XVII/1.ª (PSD)

“Elevação da Povoação de Côja à categoria de Vila Histórica”

-----Considerando que:

- Na sessão ordinária realizada em 07/12/2024 e no uso da competência conferida pelo nº 3 do artigo 8º da Lei n.º 24/2024, de 20 de fevereiro, a Assembleia Municipal de Arganil, sob proposta da Câmara Municipal de 19/11/2024, deliberou submeter à Assembleia da República, órgão legislativo competente, a proposta de elevação da povoação de Côja à categoria de Vila;-----
- Através de ofício datado de 12/12/2024, foi dado cumprimento à mencionada deliberação, tendo este sido acompanhado de certidões das deliberações dos órgãos deliberativo e executivo municipais;-----
- Por comunicações eletrónicas dirigidas ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Arganil e ao signatário, datadas de 07/02/2025, foi dado conhecimento, pela Assembleia da República, que se encontrava em apreciação, na Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, o “Projeto de Lei n.º 506/XVI/1.ª - Elevação da Povoação de Côja à categoria de Vila Histórica”;-----



Assembleia Municipal

• Aquele órgão legislativo, nas mesmas comunicações, veio solicitar que fosse promovida a emissão de pareceres escritos da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal acerca desta iniciativa;-----

• A Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 11/03/2025, e a Assembleia Municipal, na sessão ordinária realizada em 25/04/2025, deliberaram emitir pareceres favoráveis acerca do Projeto de Lei, tendo os mesmos sido remetidos à Assembleia da República através de ofício datado de 09/05/2025;-----

• Na sequência da dissolução da Assembleia da República e da realização das eleições legislativas, teve início uma nova legislatura no dia 03/06/2025, tendo, em consequência, caducado as iniciativas legislativas ainda não votadas, incluindo o Projeto de Lei em apreço;-----

• Por comunicações eletrónicas dirigidas ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Arganil e ao signatário em 27/10/2025, a Assembleia da República deu conhecimento que se encontram em apreciação, na Comissão da Reforma do Estado e Poder Local, os Projetos de Lei n.ºs 245/XVII/1.ª (PS) e 278/XVII/1.ª (PSD) (“Elevação da Povoação de Côja à categoria de Vila Histórica”) e solicitou a emissão de pareceres escritos da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal acerca destas iniciativas legislativas,-----

-----Proponho que a Câmara Municipal:-----

• Emita parecer favorável acerca dos Projetos de Lei n.ºs 245/XVII/1.ª e 278/XVII/1.ª – “Elevação da Povoação de Côja à categoria de Vila Histórica”;-----

• Delibere no sentido de propor à Assembleia Municipal de Arganil a emissão de parecer favorável acerca dos Projetos de Lei n.ºs 245/XVII/1.ª e 278/XVII/1.ª – “Elevação da Povoação de Côja à categoria de Vila Histórica”.-----

-----Paços do Município de Arganil,-----

-----O Presidente da Câmara Municipal, Luís Paulo Costa-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, aprovar a proposta de Emissão de Parecer Favorável sobre os Projectos de Lei n.ºs 245/XVII/1ª (PS) e 278/XVII/1ª (PSD) - “Elevação da Povoação de Côja à Categoria de Vila Histórica” nos termos do nº 3 do artigo 8º da Lei nº 24/2024, de 20 de Fevereiro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**NONO:** Apreciação e votação da proposta de Emissão de Parecer sobre os Projectos de Lei n.ºs 240/XVII/1ª (PS) e 279/XVII/1ª (PSD) - “Elevação da Povoação de Vila Cova de Alva à Categoria de Vila Histórica” nos termos do nº 3 do artigo 8º da Lei nº 24/2024, de 20 de Fevereiro.-----

-----Presente a Proposta I/1240/2025, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----



Assembleia Municipal

Proposta

Emissão de pareceres sobre os Projetos de Lei n.ºs 240/XVII/1.^a (PS) e
279/XVII/1.^a (PSD)

“Elevação da Povoação de Vila Cova de Alva à categoria de Vila Histórica”

- Considerando que:-----
- Na sessão ordinária realizada em 07/12/2024 e no uso da competência conferida pelo n.º 3 do artigo 8.º da Lei n.º 24/2024, de 20 de fevereiro, a Assembleia Municipal de Arganil, sob proposta da Câmara Municipal de 19/11/2024, deliberou submeter à Assembleia da República, órgão legislativo competente, a proposta de elevação da povoação de Vila Cova de Alva à categoria de Vila;-----
 - Através de ofício datado de 12/12/2024, foi dado cumprimento à mencionada deliberação, tendo este sido acompanhado de certidões das deliberações dos órgãos deliberativo e executivo municipais;-----
 - Por comunicações eletrónicas dirigidas ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Arganil e ao signatário, datadas de 10/02/2025, foi dado conhecimento, pela Assembleia da República, que se encontrava em apreciação, na Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, o “Projeto de Lei n.º 507/XVI/1.^a - Elevação da Povoação de Vila Cova de Alva à categoria de Vila Histórica”;-----
 - Aquele órgão legislativo, nas mesmas comunicações, veio solicitar que fosse promovida a emissão de pareceres escritos da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal acerca desta iniciativa;-----
 - A Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 11/03/2025, e a Assembleia Municipal, na sessão ordinária realizada em 25/04/2025, deliberaram emitir pareceres favoráveis acerca do Projeto de Lei, tendo os mesmos sido remetidos à Assembleia da República através de ofício datado de 09/05/2025;-----
 - Na sequência da dissolução da Assembleia da República e da realização das eleições legislativas, teve início uma nova legislatura no dia 03/06/2025, tendo, em consequência, caducado as iniciativas legislativas ainda não votadas, incluindo o Projeto de Lei em apreço;-----
 - Por comunicações eletrónicas dirigidas ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Arganil e ao signatário em 27/10/2025, a Assembleia da República deu conhecimento que se encontram em apreciação, na Comissão da Reforma do Estado e Poder Local, os Projetos de Lei n.ºs 240/XVII/1.^a (PS) e 279/XVII/1.^a (PSD) (“Elevação da Povoação de Vila Cova de Alva à categoria de Vila Histórica”) e solicitou a emissão de pareceres escritos da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal acerca destas iniciativas legislativas,-----
- Proponho que a Câmara Municipal:-----
- Emita parecer favorável acerca dos Projetos de Lei n.ºs 240/XVII/1.^a e 279/XVII/1.^a
– “Elevação da Povoação de Vila Cova de Alva à categoria de Vila Histórica”;-----



Assembleia Municipal

• Delibere no sentido de propor à Assembleia Municipal de Arganil a emissão de parecer favorável acerca dos Projetos de Lei n.ºs 240/XVII/1.^a e 279/XVII/1.^a – “Elevação da Povoação de Vila Cova de Alva à categoria de Vila Histórica”.-----

-----Paços do Município de Arganil,-----

-----O Presidente da Câmara Municipal, Luís Paulo Costa-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, aprovar a proposta de Emissão de Parecer Favorável sobre os Projectos de Lei n.ºs 240/XVII/1.^a (PS) e 279/XVII/1.^a (PSD) - “Elevação da Povoação de Vila Cova de Alva à Categoria de Vila Histórica” nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da Lei n.º 24/2024, de 20 de Fevereiro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO:** Apreciação e votação do Projecto de “Regulamento dos Serviços de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Município de Arganil” nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Presente a Proposta I/1370/2025, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 9 abstenções e 26 votos a favor, aprovar a proposta do Projecto de “Regulamento dos Serviços de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Município de Arganil” nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO PRIMEIRO:** Apreciação e votação da proposta do Projecto do “Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Arganil” nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Presente a Proposta I/1371/2025, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 9 abstenções e 26 votos a favor, aprovar a proposta do Projecto do “Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Arganil” nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO SEGUNDO:** Apreciação e votação da proposta do Projecto de Alteração do “Regulamento de Concessão de Benefícios Públicos” nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Presente a Proposta I/1373/2025, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Rui Pedro Matos** para dizer que “estive a ler o projecto de alteração, verifiquei que havia pontos que estavam constantes no anterior Regulamento, mas cheguei ao artigo 10º, ponto 4º, e fiquei um bocadinho apreensivo relativamente ao seu texto. Se tivesse aqui o computador iria ler integralmente, mas eu escrevi assim: *apoio financeiro extraordinário aquando do encerramento do projecto. Se o projecto tiver validade financeira, tudo positivo, e se o projecto tiver um défice, a Câmara vai assumir essa responsabilidade.* Foi aquilo que eu interpretei. Globalmente, o Regulamento, da minha parte, não carece de dúvidas, mas relativamente a este ponto 4º do artigo 10º, fiquei com alguma dúvida. Gostava que o Senhor Presidente esclarecesse, para poder tomar uma decisão final.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para explicar que “estamos aqui a falar de situações absolutamente excepcionais que podem acontecer numa situação em que uma determinada Associação é vencedora de um determinado prémio, de um determinado reconhecimento, possa ainda assim, esse projecto em concreto, ser apoiado de uma forma mais significativa. Ou situações muito extraordinárias como é o caso, que também tentámos aqui considerar, das instituições que apresentam, para além daquilo que tem a ver com o contrato de desenvolvimento desportivo e/ou cultural com o município, que apresentem também candidaturas a outras entidades, leia-se Instituto Português do Desporto e da Juventude, que tenham candidaturas aprovadas, essas candidaturas nunca consideram a totalidade do financiamento, e isso coloca-nos aqui num outro patamar de responsabilidade para apoiar essas instituições. Basicamente, é disso que estamos a falar aqui neste âmbito. Do ponto de vista formal, estamos já numa fase final deste processo, que já teve consulta pública, por isso neste momento não podemos alterar o que está aqui. Essa sua questão podia ter sido colocada durante o período de consulta pública, nós poderíamos apreciá-la, pois do ponto de vista legal, nenhum de nós tem competência para alterar, neste momento. Quando muito, podemos daqui a uns dias ou daqui a uns meses iniciar um novo processo de alteração do Regulamento. Do ponto de vista legal, a vossa competência hoje é votar contra, a favor, ou absterem-se, pois não temos margem para mais, nesta fase do processo.”-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 abstenção e 34 votos a favor, aprovar a proposta do Projecto de Alteração do “Regulamento de Concessão de Benefícios Públicos” nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO TERCEIRO:** Celebração dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do Município nas Freguesias/União de Freguesia – Apreciação e votação, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação, da proposta de Autorização para a respectiva Celebração, e da proposta de Autorização para a Assunção dos Respective Compromissos Plurianuais, nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.-----

-----Presente a Proposta I/1282/2025, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 5 abstenções e 30 votos a favor, aprovar a proposta de Celebração dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do Município nas Freguesias/União de Freguesia – Apreciação e votação, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação, da proposta de Autorização para a respectiva Celebração, e da proposta de Autorização para a Assunção dos Respective Compromissos Plurianuais, nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Pedi a palavra o senhor **Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva**, Paulo Amaral, para dizer que “a minha abstenção deve-se ao facto de que houve uma inflação em relação a 2021, que deve ser reflectida neste documento. O valor é o mesmo, por isso a abstenção da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva é nesse sentido.”-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que “na sequência da intervenção do Senhor Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, queria fazer um esclarecimento porque não é correcto dizer-se que os valores são os mesmos; aliás, basta olhar para a cláusula 4ª destes Contratos, que considera um valor pecuniário expresso e esse poder-se-á dizer que é o mesmo, mas considera também outras componentes, desde logo a questão do pessoal, e nesta questão, que é o nº 2 destes Contratos, aquilo que está estabelecido é que há uma actualização



Assembleia Municipal

permanente da evolução dos valores. Não é correcto dizer-se que os valores que foram considerados há quatro anos são iguais, porque objectivamente houve actualização das remunerações dos trabalhadores a todos os níveis, com impactos quer na remuneração, quer nas contribuições sociais, e a actualização desses valores está considerada na cláusula 4ª. Há um acompanhamento daquilo que tem sido a evolução da massa remuneratória.”-----

-----**DÉCIMO QUARTO:** Apreciação e votação da proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Arganil e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – Programa de Desenvolvimento de Gestão da Bacia do Rio Ceira (Projecto PDP3).-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 abstenção e 34 votos a favor, e de acordo com a informação técnica INF/446/20025, aprovar a proposta da Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Arganil e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – Programa de Desenvolvimento de Gestão da Bacia do Rio Ceira (Projecto PDP3).----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para dizer que “faremos a votação ponto a ponto, pois trata-se de eleições, no entanto, pergunto se será mais proveitoso apresentar as propostas da bancada do PSD para todos estes pontos, para não andarmos em constante movimento, ou se fazemos a apresentação das nossas propostas ponto a ponto.”-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia referiu que poderiam ser apresentadas as propostas.-----

-----O senhor deputado **Christophe Coimbra** referiu que “para o ponto 15º, para integrar o Conselho Municipal da Juventude de Arganil, a bancada do PSD propõe o deputado José Miguel Marques e, como suplente, a deputada Ivone Inês Borges.-----

-----No ponto 16º, para integrar o Conselho Municipal de Educação, propõe a Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira.-----

-----No ponto 17º, para o Conselho Municipal de Saúde, propomos o Presidente da Junta de Freguesia de Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia.-----

-----Para o ponto 18º, Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, propomos o Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Vítor Pedroso e o Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, António José Ventura Dias.-----



Assembleia Municipal

-----Para o ponto 19º, Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, propomos a Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, Ana Margarida Fernandes Marques.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que “relativamente aos Presidentes de Junta, tal como eu tinha falado com o Christophe, não há necessidade de haver duas listas, uma vez que não vamos apresentar nomes; será, por isso, uma lista conjunta.”-----

-----Relativamente ao ponto 15º, propomos o deputado Guilherme Borges de Brito Correia e, como suplente, o Francisco Rafael Gonçalves Afonso.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rui Pedro Matos** para dizer que “pelo que percebo, o partido CHEGA pode propor um nome, pelo que proponho o seu único deputado, no 15º ponto, ou seja o meu nome.”-----

-----**DÉCIMO QUINTO:** Eleição de um membro da Assembleia Municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal, para integrar o Conselho Municipal da Juventude de Arganil, nos termos da alínea b) do artigo 4º da Lei nº 8/2009, de 18 de Fevereiro, na actual redação.”-----

-----A Assembleia Municipal, após votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 27 votos a favor, 3 votos em branco, e 1 voto nulo, eleger os seguintes membros para integrarem o Conselho Municipal da Juventude:-----

-----Efectivos:-----

-----José Miguel Nunes Duarte Marques (PSD);-----

-----Guilherme Borges de Brito Correia (PS);-----

-----Rui Pedro Ferreira de Sousa de Matos (CHEGA);

-----Suplentes:-----

-----Ivone Inês de Almeida Sousa Borges (PSD);-----

-----Francisco Rafael Gonçalves Afonso (PS).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Guilherme Correia** para dizer que “decidi intervir neste ponto, em primeiro lugar porque fui eleito por parte da bancada do Partido Socialista para integrar o Conselho Municipal da Juventude, mas também porque este tema, a Juventude, é para mim uma matéria profundamente inquietante. Inquieta-me como jovem, como autarca, mas também como um cidadão que não se conforma em ver o seu concelho a ficar para trás, a desperdiçar o seu talento, e a abdicar do seu futuro. Inquieta-me ver Arganil a insistir em não saber aproveitar o extraordinário potencial que existe. Inquieta-me ver Arganil a insistir em não saber



Assembleia Municipal

valorizar os seus jovens e quanto a isto os números são claros, mais do que isso, são implacáveis. Entre 2011 e 2021 o número de crianças até aos 14 anos diminuiu, de 1350 para 1115 e no mesmo período, o número de jovens entre os 15 e os 24 anos caiu de 1172 para apenas 879. Isto, num período de tempo em que o nosso concelho perdeu, no total, mais de mil habitantes. A conclusão, Senhor Presidente da Câmara, parece-me evidente: existem neste momento poucos jovens em Arganil. Mas ainda há uma agravante, é que dos poucos jovens que existem, ainda menos são os que acabam por se fixar no nosso concelho. Isto não é para esta faixa etária, da qual também faço parte, uma opção leviana. Senhor Presidente, a maioria dos jovens que sai não sai por opção, mas sim por necessidade. Isto acontece porque ninguém gosta de se afastar da sua família, ninguém gosta de deixar os seus pais e os seus avós, mas também ninguém gosta de não se sentir profissionalmente valorizado e ninguém gosta de trabalhar muito e ganhar pouco. Tenho ouvido, de forma reiterada, o Senhor Presidente da Câmara a justificar esta realidade com uma generalização que, apesar de ser recorrente, não deixa de ser cómoda. O Dr. Luís Paulo Costa diz que esta é uma realidade transversal a todos os concelhos do Interior do nosso país. É verdade que é um problema demográfico que afecta todos os concelhos, mas existem dados que nos podem dar outra perspectiva desta situação que acontece e, de certa forma, desmontar esta retórica que o Senhor Presidente tanto utiliza. Tenho aqui um gráfico que lhe vou facultar no fim da minha intervenção, que mostra a remuneração média dos trabalhadores nos concelhos da Comunidade Intermunicipal do distrito de Coimbra. Podemos verificar que em concelhos semelhantes ao nosso existe uma desproporcionalidade bastante relevante dos vencimentos médios dos trabalhadores, nesses municípios e no nosso. A título de exemplo, um trabalhador em Arganil ganha menos 89€ por mês do que um trabalhador em Tábua. Menos 30€ por mês do que um trabalhador em Oliveira do Hospital. Menos 190€ por mês do que um trabalhador em Penacova. São concelhos com realidades demográficas e socioeconómicas semelhantes à nossa. Mas se olharmos para outros municípios, também de pequena dimensão, podemos também constatar que em Arganil se ganha, em média, menos 271€ do que na Mealhada e menos 267€ do que em Mortágua. Isto são factos, Senhor Presidente, e convém dizer isto com a maior clareza possível, Arganil é o terceiro concelho da nossa Comunidade Intermunicipal, onde se ganha pior. Perante isto, é perfeitamente compreensível, do meu ponto de vista, que os jovens não se queiram fixar aqui. Dir-me-á talvez o Senhor Presidente, como também costuma, que Arganil é um caso de sucesso, que é um concelho que está bem, que está no caminho certo, mas eu digo-lhe que ninguém acredita nisso, Senhor Presidente. Os dados não o confirmam, os jovens não acreditam nisso, e as famílias também não acreditam nisso. Tudo aquilo que referi aponta numa única lógica: Arganil está e vou usar mesmo esta palavra, mal. Arganil está mal em matéria de atração e fixação de jovens, mal, em matéria de salários, e está também mal em termos de visão estratégica para o futuro. O que devemos então fazer para inverter esta realidade? Eu não sou ingénuo ao ponto de acreditar que existem soluções milagrosas ou que



Assembleia Municipal

podemos apresentar aqui balas de prata, que nos vão fazer crescer até à estratosfera; isso não é possível, mas também não aceito, nem a resignação, nem a inação. E a Câmara Municipal tem, queira ou não, um papel absolutamente preponderante na atração de investimento e de empresas, e quero aqui dizer que esse papel não tem sido devidamente desempenhado. A Câmara Municipal pode também, e digo até que deve, apoiar mais o tecido empresarial local, em particular as empresas que, devido às situações calamitosas do último Verão, tiveram quebras muito significativas da sua facturação. O Senhor Presidente da Câmara sabe, melhor do que eu, que existem empresários em Arganil que neste momento estão “entre a espada e a parede” e não sabem o que hão-de fazer. Muitos poderão ver-se forçados, num futuro não muito distante, a ter que despedir trabalhadores. Nenhum empresário gosta de despedir, essa é uma decisão que é feita quando, evidentemente, não existe outra opção. Considero que é importante que, nestes momentos de maior fragilidade, a Câmara Municipal devia estar ao lado das nossas empresas, de quem cria emprego e de quem sustenta a nossa economia. Termino, deixando claro qual será a minha postura e também da parte da bancada do Partido Socialista neste mandato. Temos a mesma legitimidade democrática que os senhores, e por isso não nos encontrarão nem calados, nem conformados, ou mitigados. Encontrarão um Partido Socialista firme, combativo e exigente, sempre orientado pela defesa dos interesses deste concelho e dos nossos concidadãos e também em particular, do futuro deste território. Obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para “tecer algumas considerações àquilo que nos foi aqui transmitido pelo colega Guilherme; eu ouvi-o atentamente, obviamente respeitarei sempre opiniões, tenho a minha também, e tenho que rebater algumas delas, porque me parece evidente. Sou daqueles que, teimosamente, habita neste concelho, tenho aqui a minha família, não a quero abandonar, como disseste muito bem, acho que nenhum de nós quer, mas em determinados momentos é preciso percebermos o que é que nós próprios queremos ou estamos dispostos a fazer da vida. Eu habituei-me desde cedo a lutar pelas coisas, acho que a maioria dos arganilenses é assim, acho que ninguém espera que tudo lhe caia no prato, sem fazer absolutamente nada. Se ficarmos todos convictos que é competência da Câmara Municipal arranjar trabalhos, e recordo-me disso, tive a oportunidade de responder a uma intervenção tua, enquanto público, no mandato anterior nesta Assembleia, e dizer precisamente isto, em determinado momento pararmos e pensar o que é que nós próprios estamos dispostos a fazer, não só pela nossa terra, mas por aquilo que somos enquanto profissionais. Eu acho que a leitura é uma leitura que se pode fazer, daquilo que são os rendimentos pagos em determinado concelho, acho que é impossível dissociar isso daquilo que é o tecido empresarial que lá está e eu quero acreditar que ao fazeres esse apontamento, te preocupa verdadeiramente aquilo que cada um ganha, mas não faz um ataque directo àquilo que é a forma de gerir ou de quem tem competências em Arganil,



Assembleia Municipal

porque eu vejo números bem diferentes, vejo números crescentes de PME líderes e excelentes. Por outro lado, estou nesta balança também, ou deixei de o estar há poucos dias atrás, naquilo que era a pertença directa de capital numa sociedade, mas estou, enquanto investidor há uns largos anos, a coordenar equipas de trabalho com uma riqueza e um respeito imenso, pelas equipas de trabalho que tenho, e num misto que me faz questionar para tentar perceber melhor aqueles números que nos apresentas. Dou um exemplo prático, sou cidadão de Arganil, declaro os meus rendimentos em Arganil, mas fui até há uns dias atrás, entidade empregadora do vizinho concelho de Tábua; aquilo que pago chega aos bolsos de alguns arganilenses. Na última contagem que fiz, tinha cerca de 40 pessoas com domicílio fiscal em Arganil e a trabalhar comigo. Pergunto eu, esses valores que pago, segundo aqueles dados, contribuem para elevar os valores pagos e para destacar Tábua, como tu fizeste, ou na prática, são reconhecidos como valores pagos abaixo da média a cidadãos de Arganil?”-----

-----O senhor deputado **Guilherme Correia** disse que “aquilo que está no gráfico que apresentei são os vencimentos dos trabalhadores residentes em cada um dos concelhos. Nesse caso, os trabalhadores que residem em Tábua contam para o concelho de Tábua e os que residem em Arganil contarão para o concelho de Arganil.”-----

-----Continuou a sua intervenção o senhor deputado **Christophe Coimbra**, dizendo “pois muito bem, aquilo que eu acho que é evidente que se diga, contrapondo aquilo que disseste, acho que a maioria das pessoas em Arganil não concorda, ou não vê no município de Arganil uma completa inação, se assim fosse não tínhamos o resultado eleitoral que tivemos. Eu percebo que vocês tenham interesse em pegar naquilo que é a normal variação de ciclos eleitorais, de resultados eleitorais, se excluirmos o mandato anterior, do que anteriormente tinha sido o resultado eleitoral, não é muito diferente daquilo que aqui aconteceu, mas que isto não tem ligação nenhuma com aquilo que o território de Arganil sofre, acho que é por demais evidente. Acho que todos temos a noção que aquilo que a um município compete é dotar o território e as pessoas das melhores condições possíveis e que é esse território que tem que ser atractivo para que as empresas se implementem, implementem cadeias de valor e possam pagar melhores salários. Eu sei que era óptimo que conseguíssemos que tudo isto acontecesse, no prazo de dois ou três anos, mas estes projectos, em nenhum caso, se pensam a dois ou três anos. O exemplo de Tábua é indissociável daquilo que vou dizer, tenho enorme estima pelos investidores daquele projecto, conheço-os pessoalmente e tive a honra e o prazer de ter como meu sócio, um dos irmãos. Aquilo que posso dizer é que aquele projecto em Tábua, uma empresa que emprega numa larga dimensão que tem hoje naturalmente a capacidade de reter alguns quadros valiosos não é um projecto que se monte em 2 em 3 em 4 ou em 5 anos, são processos que demoraram anos, a poder puxar para



Assembleia Municipal

aquele território e tenho a certeza que o futuro trará, também para a nossa Zona Industrial da Relvinha, projecto válidos, projectos que vão trazer pessoas, projectos que vão deixar valor, que vão aumentar salários, que vão fixar pessoas neste território. E aquilo que discutimos neste Orçamento, mais do que investimentos avulso, mais do que aquilo que possam ser medidas de impacto por vezes muito publicitárias, mas que na prática significam pouco para as pessoas, que é esta tentação do município de substituir à função económica do tecido empresarial, acho que o caminho não pode ser por aí. Formar, dar condições, dar condições às empresas para se implementarem, para que cresçam, e em situação alguma cair na tentação de subsidiarmos ou de passar a ideia de que a empregabilidade qualificada tem que passar em exclusivo pelo município.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rui Pedro Matos** para referir que “caro Guilherme, na escola ensinam-nos e todos nós sabemos que há um diagrama que é o diagrama circular, que serve para percebermos a influência de uma sede de concelho e/ou distrito, relativamente aos concelhos à volta. Se repararmos, felizmente eu sou migrante e vim para o concelho de Arganil residir, se repararmos, dentro deste pequeno mundo que nós aqui temos, do conjunto de todos os presentes, muitos trabalham em Coimbra. O Senhor Presidente apresentou a proposta de alteração da IP3. Se a IP3 melhorar, vai tornar-se auto-estrada, e isso não tem outro efeito senão deslocar as pessoas do Interior para os grandes centros. Está tudo numa questão de custos e benefícios. Claro que a presidência da Câmara terá todo o interesse em apresentar um conjunto de propostas para trazer pessoas para cá, e falo através dos seus projectos e dos seus programas. O partido CHEGA, também quando apresentou estas 3 Recomendações, duas delas têm essa vertente. A recomendação de alterar os horários das Piscinas, para facilitar a vida e indo ao encontro do que o senhor deputado falou sobre os Picos do Açor, que na minha perspectiva trazem algum retorno, não trazem muito retorno, mas cada um faz as contas com a tabela de excel que deseja, mas a proposta do partido CHEGA é uma proposta para permitir aos trabalhadores realizarem a sua actividade física antes de irem para o seu local de trabalho e isso também é promotor para chamar pessoas a viver cá. A nossa proposta sobre a mobilidade, “Siga o Açor”, é também um sinal disso, porque este projecto não é complementar do actual sistema que a CIM colocou e a Câmara assinou. É uma mobilidade interna, do concelho. E nós temos um concelho distante, como o Senhor Presidente afirmou, e tudo isso concorre para que trazer mais pessoas para cá é sempre vantajoso. Haverá sempre formas diferentes de apresentar um projecto, mas serão sempre em benefício dos cidadãos e de todos nós que cá residimos. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Maria José Silva** para fazer “apenas uma clarificação relativamente aos números que o Guilherme Correia trouxe, e eu compreendo que ele tenha esta vontade de melhorar as suas condições de vida e as



Assembleia Municipal

condições de vida de todos os jovens, mas também há que clarificar aqui não a veracidade dos números que ele apresentou, mas a actualização dos números que ele apresentou. Na verdade, os números da PORDATA de 2024, dizem que o concelho de Arganil tem mais 114 alunos. Esta é uma área em que trabalho, não trabalho no concelho de Arganil, mas sim no concelho de Oliveira do Hospital, mas sei que a realidade é exactamente a mesma, e temos vindo a verificar que há um aumento gradual, mas muito sólido, do número de alunos, tanto no ensino básico como no pré-escolar, o que indicia obviamente um maior número de famílias a residir no nosso concelho, e por outro lado também a questão de Arganil ter sido considerado muito recentemente, pela Marktest, o terceiro concelho da região de Coimbra com melhor qualidade de vida. Portanto, não há-de ser por acaso. Logicamente que temos muitas coisas a melhorar, mas não é verdade este cenário tão fatalista, de que ninguém quer vir viver para Arganil. Eu própria vivo cá, não nasci cá, não estudei cá, vivo cá e acho que os meus filhos, se bem percebo as intenções deles, também irão continuar a viver cá. Este cenário fatalista de que ninguém quer viver em Arganil não é a realidade e só quem não andar por aí, pelas Associações, onde há imensos jovens a querer reabilitar Associações que estavam fechadas há muito tempo, só quem não anda pelas aldeias, só quem não está nas escolas, é que pode pensar que estamos num abismo. Não estamos perfeitos, mas é para isso que cá estamos, mas também não comungo nada desta visão tão fatalista. Muito obrigada.”-----

-----**DÉCIMO SEXTO:** Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Juntas de Freguesia do concelho, para integrar o Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 57º do DL nº 21/2019, de 30 de Janeiro, na actual redação.-----

-----A Assembleia Municipal, após votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 26 votos a favor e 4 votos em branco, eleger a Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira, para integrar o Conselho Municipal de Educação, em representação das Juntas de Freguesia do concelho.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO SÉTIMO:** Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia representante das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Saúde, nos termos do artigo 9º do DL nº 23/2019, de 30 de Janeiro, na actual redação.-----

-----A Assembleia Municipal, após votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 24 votos a favor e 6 votos em branco, eleger o Presidente da Junta de



Assembleia Municipal

Freguesia de Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia, para integrar o Conselho Municipal de Educação, em representação das Juntas de Freguesia do concelho.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO OITAVO:** Designação de até dois representantes das Freguesias do concelho para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 29º do DL nº 82/2021, de 13 de Outubro.----

-----A Assembleia Municipal, após votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 25 votos a favor e 5 votos em branco, designar para integrarem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais os seguintes Presidentes de Juntas de Freguesia, em representação das freguesias do concelho:-----

-----Efectivo:-----

-----Victor Manuel Rodrigues Pedroso, Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira.-----

-----Suplente:-----

-----António José Ventura Dias, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO NONO:** Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia representante das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 157º do DL nº 202/2004, de 18 de Agosto, na sua actual redação.-----

-----A Assembleia Municipal, após votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 28 votos a favor e 2 votos em branco, eleger a Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, Ana Margarida Fernandes Marques, como representante das Juntas de Freguesia do concelho, para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação, da proposta do Orçamento para o ano de 2026 – GOP, Receita e Despesa.-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que “tenho aqui uma apresentação que gostava de fazer e que tem aqui duas abordagens, uma mais extensa, outra mais condensada. Vou tentar ser tão simples quanto possível, mas é difícil.-----

-----Vou começar por dizer que o valor que este Orçamento e Opções do Plano consideram para 2026 é efectivamente um valor muito significativo é mais uma vez um valor sem paralelo naquilo que é a realidade dos orçamentos do município e tem muito aqui a consideração da capacidade que tem existido ao nível da captação de fundos comunitários. Não é apenas aquilo que eu digo enquanto Presidente da Câmara Municipal de Arganil, mas a voz corrente da grande maioria dos autarcas do país é que efectivamente a lei das Finanças locais, aquela que está actualmente em vigor, é muito limitadora para aquilo que é a capacidade de uma grande maioria dos municípios portugueses com fraca capacidade de receita, a própria por via da sua participação nos impostos do Estado. E verdade seja dita, não seja a capacidade que cada município per si tem de ir à procura de outras fontes de financiamento, nomeadamente fundos comunitários, aquilo que seria a capacidade da generalidade dos municípios portugueses, tirando aqueles que estão ali na coroa da grande Lisboa e alguns da zona do grande Porto, a generalidade dos municípios ficariam numa situação financeira muito debilitada. Portanto, este valor que consideramos para 2026, reflecte essa circunstância, essa capacidade de ir à procura de fontes alternativas de financiamento, nomeadamente de fundos comunitários. Há aqui um reverso da medalha nesta situação é que os projectos estão todos eles alinhados em medidas específicas que foram sendo colocadas no mercado, se é que se pode falar assim por parte dos sucessivos governos e muitas vezes deixa de lado, sem capacidade de ir a meios de financiamento algumas outras intervenções que se consideram relevantes também para o território, para os territórios, para os conselhos do nosso país. Ainda assim, volto a dizer, este Orçamento, é positivamente um orçamento de continuidade daquilo que era a grande execução que já vínhamos a assinalar no mandato anterior e, portanto, tem reflexos no orçamento de 2026 e daí esta ordem de grandeza.-----

-----Em termos daquilo que são as dotações mais significativas para as diversas áreas de intervenção permitam-me aqui destacar as mais significativas, como é o caso da Proteção Civil e da luta contra incêndios. Estamos a falar aqui de um valor na ordem dos 5.2 milhões de euros. Este valor considera aquilo que é o investimento directo ao nível do sistema de proteção civil. Considera também aquilo que contamos que venha a ser uma candidatura aprovada para a reposição de prejuízos que se verificaram no âmbito dos incêndios ao nível das infra-estruturas públicas.-----

-----Ao nível da Educação, uma dotação muito significativa que reflecte maioritariamente os 2 grandes projectos que temos actualmente em curso com a reabilitação da Escola Secundária de Arganil e da Escola Básica 2,3 Professor Mendes Ferrão, de Côja, que é onde boa parte destes nove milhões de euros serão investidos, por via de financiamentos comunitários e temos depois uma parcela



Assembleia Municipal

superior também a um milhão e meio de euros relacionada com aquilo que são os custos decorrentes da descentralização. Leia-se nisto os vencimentos com os funcionários operacionais da área da educação, que como sabem, passaram para a esfera do município por via da descentralização.-----

-----Ao nível da Saúde também se aplica aqui esta questão da descentralização com o pessoal operacional, mas também reflecte aqui este investimento de sete milhões de euros, o grande propósito, o grande investimento que está a acontecer ao nível do novo equipamento do Serviço de Urgência Básico de Arganil mais Centro de Saúde de Arganil, um investimento que também é sabido como é que foi desencadeado, que virá revolucionar aquilo que é a oferta que o concelho presta nesta área, não apenas no nosso concelho, mas em toda a região, que é servida pelo serviço de urgência básica e, portanto, um investimento muito significativo.-----

-----Ao nível da Ação Social, este valor reflecte apenas aquilo que tem relevância financeira do ponto de vista de projectos, não reflecte aquilo que é a grande parcela do esforço de investimento que é assumido nesta área da ação social que, como saberão, boa parte de vós tem muito a ver com a contratação de recursos humanos. Portanto, os recursos humanos não têm reflexo directo nesta rubrica, mas ainda assim são porventura, porventura não, inequivocamente, a componente que absorve a grande maioria dos recursos que são afectos à área de ação social.-----

-----Ao nível da Habitação está aqui reflectido o projecto que temos actualmente em curso no âmbito da habitação acessível, o que já está a decorrer. Aproveitar para dizer que aguardamos as decisões do Instituto da Habitação e da Reabilitação e do Governo sobre o passo seguinte, que, como tive a oportunidade de dizer aqui na parte final do mandato anterior, não tem a ver ou não passa pelo financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência, mas passará pelo financiamento através do Banco Europeu de Investimento, numa operação que foi já montada e contratualizada pelo Governo português e que está neste momento em fase de regulamentação para descer depois para as esferas intermédias, como é o caso do IHRU e dos municípios.-----

-----Ao nível de Ordenamento do Território, um valor de 2.2 milhões de euros tem a ver com algumas intervenções de reabilitação, maioritariamente de reabilitação viária.-----

-----Ao nível do Saneamento, Abastecimento de Água e Resíduos Sólidos, estes 4.7 milhões de euros consideram os investimentos que estão a decorrer alguns que estão a decorrer já nesta área, aqueles que contamos também levar a efeito e desencadear nos próximos tempos, mas também aqui uma componente significativa relacionada com aquilo que assumimos no âmbito dos 2 sistemas intermunicipais em que participamos, portanto, ao nível da água, do abastecimento e do saneamento da água que compramos em alta, para a maioria dos consumidores do concelho no que tem a ver com os resíduos sólidos, o tratamento ao nível da ERSUC. Portanto, há aqui estas componentes diversas ao nível deste valor.-----



Assembleia Municipal

-----No que tem a ver com a Proteção do Meio Ambiente e da Conservação da Natureza, estão aqui considerados 900 mil euros, tem bastante a ver com projectos que estão em fase de contratualização no âmbito, desde logo da co-gestão da Paisagem Protegida da Serra do Açor, em que também participamos projectos que só acontecem mediante a celebração desses mecanismos de financiamento.-----

-----Ao nível da Cultura, consideramos para 2026 650 mil euros se olharem para o Orçamento e para o Plano, conseguem perceber facilmente a projeção daquilo que iniciaremos ou concretizaremos em 2026. A projeção para os anos subsequentes e quero aqui desde logo destacar um projecto em que estamos fortemente apostados dentro daquilo que é uma abordagem de grande responsabilidade não apenas na concretização, mas também no pagamento no assegurar os meios financeiros e refiro-me ao teatro Alves Coelho, a candidatura que está neste momento está em fase de apreciação e, portanto, que contamos, venha a ser aprovada entretanto.-----

-----Ao nível do Desporto Recreio Lazer também uma grandeza de cerca de 600 mil euros.-----

-----Ao nível da Mobilidade e dos Transportes Rodoviários, 2 milhões de euros.-----

-----Ao nível do Turismo, 1.6 milhões de euros. Eu depois posso desagregar se assim for entendido mais à frente na apresentação e consideramos aqui também o financiamento directo às freguesias, nos diversos mecanismos que temos de financiamento às freguesias de um valor superior a 1.3 milhões de euros.-----

-----Em termos de grandezas globais, é o que este resumo aqui identifica, 53.5 milhões de euros, um valor ligeiramente superior.-----

-----Temos aqui a evolução daquilo que se tem verificado desde 2012 até 2026. Volto a vincar que este valor reflecte a situação excepcional da capacidade que temos tido, de captação de financiamentos externos de fundos comunitários, porque basta olhar para aquilo que está previsto na lei do Orçamento de Estado, não fossem estes financiamentos externos e a nossa capacidade financeira seria manifestamente diminuta e restritiva.-----

-----Este quadro visa no fundo de uma forma simples, identificar as fontes previstas de Receita para estes 53.5 milhões de euros e, portanto, aquilo que referi há pouco está aqui bem atestado nesta rubrica de transferências de capital, aqui objectivamente que tem impacto e tem reporte os financiamentos comunitários a que há pouco me referia.-----

-----Aqui ao nível de desagregação a mesma coisa, quer em termos de receitas correntes, quer em termos de receita de capital. Depois, se acharem necessário, podemos aqui voltar.-----

-----Aqui a evolução da receita pelas diversas componentes, receita corrente e de capital, aquela que consideramos aqui em termos orçamentais desde 2012 em diante.-----

-----Não referi, mas queria aqui também destacar o impacto significativo, não referi agora, mas já tinha referido atrás o impacto significativo que a descentralização de competências tem ao nível, desde logo da massa salarial. Basta considerar



Assembleia Municipal

Educação e Saúde. Estamos a falar só de assistentes operacionais. E ao nível da Ação Social aqui, já com a componente técnica, estamos a falar de um incremento muito significativo na massa salarial. Tem muito a ver com esta situação. Aliás, está aqui bem reportada, basta imaginarem que do orçamento do município são mais de sete milhões de euros relacionados ou dirigidos para os encargos com o pessoal e, portanto, aqui efectivamente um peso muito significativo na nossa estrutura de despesa.-----

-----Ao nível da estrutura de Capital como resulta do que já disse essencialmente aqui os projectos que estão a decorrer relacionados com o plano de recuperação e resiliência e alguns que se iniciarão em breve, contamos nós, já com o Portugal 2030 e o gráfico da evolução da despesa.-----

-----Aqui, a confirmação da regra do equilíbrio orçamental, uma obrigatoriedade legal, como penso que alguns de vós conhecerão.-----

-----Aqui já é um nível de segregação. Só passaremos a esta fase se for entendido necessário, senão é capaz de ser demasiadamente extensivo e ficava por aqui.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que “no final vou fazer uma declaração de voto, mas primeiro gostaria de colocar algumas questões ao Senhor Presidente sobre o Orçamento. Já foi aqui referido, mas a nossa bancada não pode deixar de manifestar um profundo desagrado quanto à forma como estes documentos são apresentados aos Deputados desta Assembleia.-----

-----Uma ordem de trabalhos com 26 pontos, acompanhada de um Orçamento com 199 páginas, é enviada aos membros da Assembleia com apenas três dias de antecedência. Ao deputado do Chega Penso que foi com 72 horas. Este prazo é manifestamente insuficiente para permitir uma análise séria, rigorosa e responsável da documentação, como se exige a quem tem o dever de fiscalizar e deliberar. Impõe-se aqui uma reflexão sobre o bom senso e a responsabilidade institucional de quem coordena os trabalhos da Assembleia. Não podemos deixar de questionar se esta prática não conduz, objectivamente, a que os Deputados sejam colocados na posição de votar documentos desta importância sem a análise aprofundada que merecem — aquilo a que se pode chamar “votar às cegas”.-----

-----Antes de proferirmos a nossa declaração de voto, gostaríamos de colocar ao Senhor Presidente da Câmara um conjunto de questões concretas relacionadas com o Orçamento.-----

-----Relativamente ao Teatro Alves Coelho, o Município informou publicamente que, no passado dia 24 de Setembro, foi submetida uma candidatura ao Programa Operacional Regional CENTRO 2030, no âmbito da Valorização do Património Cultural, com vista à reabilitação do Teatro Alves Coelho. Esta candidatura, estimada em cerca de seis milhões de euros, é determinante para a viabilização da obra, sendo que, de acordo com o respectivo Aviso, a decisão deveria ser conhecida no prazo de 60 dias. Embora esse prazo ainda não tenha formalmente terminado, questionamos o Senhor Presidente se já existe alguma informação relevante sobre o



Assembleia Municipal

estado ou eventual decisão dessa candidatura, uma vez que o projecto volta a constar no Orçamento. Mais do que valores inscritos em mapas financeiros, aquilo que a população e esta Assembleia verdadeiramente querem saber é: quando é que se iniciam, efectivamente, as obras de reabilitação do Teatro Alves Coelho? Aproveitamos ainda para solicitar que seja facultado a esta Assembleia o projecto elaborado pelo arquitecto João Mendes Ribeiro, permitindo assim que todos os Deputados possam conhecer, de forma integral, a intervenção prevista para este importante equipamento cultural.-----

-----Relativamente ao Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis, ao parque habitacional previsto para a zona do lago da antiga Cerâmica — projecto que, como é sabido, motivou uma petição subscrita por cidadãos — questionamos se a sua construção se mantém naquele local ou se houve, entretanto, alguma reponderação dessa opção.-----

-----Sabendo-se que a obra do IEPF no antigo edifício do LIDL, ao que tudo indica, não irá avançar — situação que solicitamos que seja confirmada — questionamos se não faria sentido equacionar esse espaço, mais central, como alternativa para a implantação do parque habitacional.-----

-----Relativamente à Dinamização da Lomba do Canho, o que está concretamente previsto para este projecto? Que intervenções, objectivos e calendário estão definidos?-----

-----Quanto ao Novo Centro de Saúde, no âmbito da reconfiguração da circulação na zona da rotunda existente na EN 342-4, está prevista alguma intervenção ao longo da ligação entre Arganil e Sarzedo, nomeadamente ao nível da requalificação de passeios ou da criação de ciclovias?-----

-----Falando de Eventos para a Juventude, na passada quinta-feira, em reunião do Plenário da Comissão da Juventude, questionei o Senhor Vereador com o pelouro da Juventude sobre o valor exacto previsto no Orçamento para eventos directamente dirigidos aos jovens, como o Arganil Rock, o Arganil Summer Fest e a Semana da Juventude. Não tendo sido possível obter uma resposta, solicitamos agora ao Senhor Presidente que informe esta Assembleia qual o montante efectivamente previsto para estes eventos no Orçamento de 2026.-----

-----Relativamente a Processos Judiciais e Contra-ordenações, solicitamos igualmente esclarecimentos relativamente a vários processos judiciais e contra-ordenações identificados no Orçamento, nomeadamente estes processos em que indicam que existe algum risco de condenação:-----

---1 - Processo ARH.DAAF.00085.2020 – Agência Portuguesa do Ambiente-----

---Rejeição de águas residuais sem mecanismos de depuração, na Estação de Bombagem de Alagoa – Arganil.-----

---Valor da coima: 24.000€ a 144.000€,-----

---Estimativa mínima de impacto financeiro: 24.000€-----

---2 - Contra-ordenação n.º 537/2021 – Faixa de Gestão de Combustível-----

---Estrada que liga Piódão a Foz d'Égua.-----



Assembleia Municipal

---Valor da coima: 800€ a 60.000€,-----
---Estimativa mínima: 800€-----
---3 - Contra-ordenação n.º 489/2021 – Faixa de Gestão de Combustível-----
---Estrada de acesso à povoação do Tojo.-----
---Valor da coima: 800€ a 60.000€-----
---Estimativa mínima: 800€-----
---4 - Contra-ordenação n.º 001411/22.6EACBR – ASAE-----
---Falta de título de abertura válido.-----
---Valor da coima: 8.000€ a 30.000€-----
---Estimativa mínima: 8.000€-----
---5 - Contra-ordenação n.º 1812/23.2EACBR – ASAE-----
---Falta de licença de abertura do Parque de Campismo Municipal de Arganil.-----
---Valor da coima: 4.000€ a 8.000€-----
---Estimativa mínima: 4.000€-----
---6 - Contra-ordenação ARHC.DAAF.00162.2022 – Agência Portuguesa do Ambiente-----
---Falta de autorização para construções em leito, margens e águas particulares – Rio Alva, Freguesia de Sarzedo.-----
---Valor da coima: 24.000€ a 144.000€-----
---Estimativa mínima: 24.000€-----
---7 - Processo de Impugnação Judicial n.º 65/25.2T8AGN-----
---Valor identificado no Orçamento: 5.500€-----
---Estimativa mínima: 5.500€-----
-----Obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rui Pedro Matos** para referir que “o partido CHEGA neste momento que lhe é dado para intervir e fazer a sua declaração relativamente às Grandes Opções do Plano, verifica que é claro que todo o trabalho exercido pelos senhores vereadores e pelo Senhor Presidente de Câmara é sempre um trabalho árduo e numas alturas que é preciso ir ao socorro de uma população cada vez mais envelhecida e uma população cada vez mais dispersa no território, torna-se muito complicado gerir cabalmente e de forma eficaz para todos, mas espero que durante este ano que decorre e que neste Plano que aqui é apresentado, tudo seja feito nas melhores opções e nas melhores decisões. Eu tenho pena sempre que nós, no nosso país, infelizmente andamos sempre com a necessidade de financiamento e isto é um problema estrutural. Infelizmente é um problema estrutural e numa comunidade como a de Arganil, é preocupante porque nós cada vez vamos tendo as vias rápidas para nos levar às cidades imediatamente. Aquilo que é a desertificação torna-se cada vez mais premente e mais visível. E, claro, as fontes de receita vão sendo cada vez menores. É sempre bonito vermos um gráfico com aquele ângulo bastante vertical, mas quando vamos ver aquilo que é criado no próprio concelho, ficamos aquém. Em grosso modo, o investimento global previsto



Assembleia Municipal

será de 53 milhões de euros, mas 20 milhões são só e apenas receitas correntes. O restante tem que ser financiado externamente através dos programas propostos pelo Governo da República. Também por aquilo que é a necessidade de recorrer aos fundos estruturais que a própria União Europeia tem para todas as Comunidades. É sempre difícil e o que eu tenho que lamentar é sempre a nossa condição de necessitados de financiamento. Eu espero que o Senhor Presidente e a vereação, a do PSD mas também a do PS, sejam capazes de gerir e criar condições para que um conjunto de pessoas venham para cá, não sejam só os estrangeiros, que são uma comunidade importante, vêm cada vez mais com mais crianças, mas é o resultado, respondendo também à minha colega, a senhora deputada, ter aumentado em 150 pessoas nas escolas, as crianças, não quer dizer que sejam nascidos de cidadãos de Arganil; podem ser também nascidos dos filhos dos migrantes que vêm para cá residir. É sempre bom saber que eles vêm para cá porque isto quer dizer que o concelho de Arganil é um concelho seguro, como eu já tentei referir nas minhas intervenções anteriores. Globalmente vi o Projecto, globalmente sinto-me algo satisfeito pelas suas explicações, e por isso o partido CHEGA fará uma abstenção neste Orçamento.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para referir que “de forma tão breve quanto possível, vou tecer as minhas considerações que são naturalmente mais generalistas do que propriamente detalhadas e agradecer também a apresentação do Senhor Presidente da Câmara, que acho que nos permitiu voltar a ter um panorama global sobre o nosso orçamento.”-----

-----Então, passo a partilhar com esta Assembleia aquilo que foi a minha análise. O maior de sempre. Reconheço que esta é a definição que está a ser utilizada pela grande maioria dos municípios portugueses na apresentação das propostas de Orçamento para 2026, muito fruto daquilo que são efectivamente as transferências de competências e também aquilo que possa ser a libertação de algum recurso dos quadros comunitários, mas o orçamento municipal para 2026, no valor de 53,5 milhões de euros, é muito mais que o maior orçamento alguma vez apresentado em Arganil. É um documento que marca uma viragem histórica na escala de investimento, na ambição e na capacidade de execução do município, num concelho do chamado Interior, numa vila de reduzida dimensão e com constrangimentos demográficos e territoriais que todos conhecemos. Executar um orçamento desta magnitude é absolutamente excepcional no panorama nacional. Para que se tenha uma noção real desta realidade e porque algumas comparações aqui fizemos como foi nomeadamente esta apresentada aqui pelo colega Guilherme, diria que basta também fazermos algumas comparações naquilo que diz, diria eu, respeito exclusivo à responsabilidade do município, dado que esses dados tratam a responsabilidade, em última linha posso entender também do município, mas muito mais do tecido empresarial e muito mais da dinâmica económica de um território, naquilo que ao município diz respeito, em particular sobre a sua proposta de orçamento.”-----



Assembleia Municipal

-----A título de exemplo, por exemplo, Tábua aprovou ontem uma proposta de orçamento de cerca de 38 milhões de euros. Penacova fá-lo hoje também numa proposta de 34 milhões de euros. Mortágua aprovou já um orçamento de 19 milhões de euros, Vila Nova de Poiares 20 milhões, Miranda do Corvo 26, valores estes que Arganil ultrapassa amplamente. Ultrapassamos inclusive os valores do orçamento municipal proposto, por exemplo, para Oliveira do hospital, que fixa 50 milhões de euros no seu orçamento e alinhamos com valores como o município da Lousã, por exemplo.-----

-----Este facto por si só demonstra, na minha óptica, qualquer tentativa de desvalorização política deste orçamento. Mas o que aqui está em causa não é só a dimensão financeira, é a visão estratégica, é a capacidade de execução. Este orçamento consolida Arganil como um território com visão, com projectos estruturais e com peso político no contexto regional. Longe vão os tempos do final da década de 90 e dos inícios dos anos 2000. Não faria questão de os recordar, pois não somam na minha óptica grande coisa, mas quando os responsáveis máximos desses períodos são os que agora invocam um alargado conjunto de razões para condenar o que aqui tentamos aprovar, impõe-se uma viagem no tempo, que verdadeiras justificações podem apresentar quando num único ano, actualmente, se propõe executar mais investimento estruturante que aquele que foi concretizado ao longo de mandatos completos, quando a governação deste município se encontrava no Partido Socialista. Sim, é isso mesmo. Faz-se agora mais num ano, que naquele período em 4. Este é um dado político essencial, evidencia de forma viva a diferença entre uma gestão acomodada e uma governação transformadora e a que verdadeira transforma o nosso território não é a fórmula que foi usada no passado, ao contrário do que o PS afirma na sua declaração de voto em sede de reunião de Câmara.-----

-----A meu ver, este orçamento não é nem repetitivo nem desprovido de prioridades. As prioridades estão claramente identificadas e correspondem às verdadeiras necessidades do território, a saúde, a educação, a habitação, a protecção civil, a mobilidade, o ambiente, a cultura, o turismo e a coesão territorial não são palavras-chave para o discurso político. São investimentos com financiamento assegurado, obras em execução e contratos celebrados. Na saúde, Arganil afirma-se como pólo regional com a construção do novo Centro de Saúde e Serviço de Urgência Básico. É um investimento estruturante que serve não apenas o concelho, mas uma vasta área do interior da nossa região. Na educação, estão em curso obras profundas, requalificação das principais escolas do concelho, garantindo condições modernas, dignas e competitivas para os alunos e professores. Na habitação, o município assume o papel activo, criando um parque público de habitação acessível, fundamental para fixar população, apoiar a classe média e combater o despovoamento. Na protecção civil este orçamento responde de forma firme e responsável a uma das maiores tragédias ambientais que o concelho alguma vez enfrentou. Não há memória de outro executivo que tenha mobilizado tantos meios financeiros para recuperar o território, apoiar populações e reforçar a resiliência



Assembleia Municipal

ambiental. Isto não é improviso, isto é capacidade de resposta. Na política fiscal, como há pouco falámos aqui, naquilo que são também os rendimentos das pessoas e os seus salários, acho que não posso deixar de o dizer que na política fiscal continuamos a fazer diferente em Arganil, nomeadamente naquilo que é a devolução dos 5% do IRS, ao qual o município teria direito. Arganil, mantendo a mais baixa carga fiscal possível sobre as pessoas e sobre as empresas - sei que sou repetitivo neste assunto, mas vou continuar a sê-lo - parece vulgar, mas acreditem que se fizermos um trabalho sério de comparação, vemos que não o é.-----

-----A crítica do PS à forte incorporação de fundos europeus revela, mais uma vez, uma visão politicamente ultrapassada. Os anos passam, os tempos mudam, os fundos europeus não são um artifício contabilístico, são sim, talvez o mais importante instrumento de desenvolvimento. Mas são também uma ferramenta que só está ao alcance de quem tem projectos viáveis, equipa técnica competente e credibilidade institucional afirmada. Arganil tem hoje essa capacidade. Não devia, mas parece incomodar quem no passado não o conseguiu construir a este ritmo. Dizer que este orçamento repete o passado é ignorar que nunca, em momento algum, o concelho teve simultaneamente investimentos desta escala e em tantas áreas. Nunca Arganil teve, num único exercício, este volume de obra pública, esta diversidade de projectos e esta capacidade de execução. Se isto é a repetição, então é repetir um passado recente e um passado que nos leva no caminho do sucesso.-----

-----Quanto à alegada falta de inovação ou de diálogo, importa ser claro. Governar, a meu ver, é acima de tudo, a gestão e a decisão. O executivo apresentou um orçamento sólido, tecnicamente sustentado e politicamente coerente. Verteu nesse documento o que sujeitou a sufrágio no acto eleitoral recente e que mereceu a aprovação da maioria dos arganilenses. Compreendo o trabalho da oposição. É natural uma interpretação diferente, defender um caminho diferente, mas aqui a crítica para diminuir o que se apresenta não dá para resultar. É como querer esconder a Muralha da China com chapéu de chuva, não é compatível.-----

-----Este Orçamento não é apenas grande, é transformador, continua a afirmar Arganil como um concelho central na região, competitivo, atractivo e preparado para o futuro. Demonstra que a dimensão territorial não é um limite, quando há visão política, rigor financeiro e ambição colectiva. É por tudo isto que a bancada da Assembleia Municipal do PSD defende este Orçamento com convicção e orgulho, porque ele suporta-se no trabalho feito no passado, nos resultados alcançados e cria-nos a melhor das perspectivas para o futuro. Aprove-se. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para “responder aqui às interpelações que foram feitas, tentando responder aqui ao senhor deputado Rodrigo Oliveira, dizer-lhe que na intervenção inicial que fiz, basicamente já disse, já respondi à questão que colocou na sua intervenção posterior, foi submetido a uma candidatura. O início da intervenção está dependente do sucesso da candidatura. Foi aquilo que referi na minha intervenção e, portanto, penso que já estaria esclarecido.



Assembleia Municipal

Sobre o projecto de Habitação a Custos Acessíveis, como já tive a oportunidade de esclarecer, as opções são apenas fazer ou não fazer e, portanto, nós estamos do lado de quem faz. Aliás, devo dizer mesmo relativamente ao projecto que referiu e que invocou, ele mereceu à data grande sintonia na Câmara por parte de todos e, portanto, estamos a falar de decisões que foram tomadas pela Câmara de então, por todos ainda com o Vereador Miguel Pinheiro e com o Vereador Paulo Teles Marques. Portanto, sobre a decisão relativamente à localização, também para reavivar a memória, para reavivar os factos, é importante referir-se isto. Sobre a questão do Instituto de Emprego e Informação Profissional, eu não faço parte do grupo de quem acha que já perdemos este processo e, portanto, nós temos um direito, temos um contrato que está assinado, ainda ninguém me disse que ele não seria honrado e aquilo que espero é que num horizonte temporal relativamente próximo e o compromisso do Secretário de Estado do Trabalho é que seria entre o final deste ano e a primeira quinzena de Janeiro, que haja decisões concretas por parte do Governo relativamente a esta matéria, porque aqui e é verdade, o Instituto de Emprego tinha a obrigação há muito tempo, a obrigação contratual há muito tempo, não estamos a falar sequer do último ano, nem dos últimos 2 anos, estamos a falar há muito tempo que o Instituto de Emprego tinha a obrigação contratual de já ter iniciado esta intervenção. Sobre a Lomba de Canho, trata-se de uma intervenção que estamos a candidatar à mesma linha de valorização do património do Teatro Alves Coelho. Aliás, é a mesma linha também em que estamos a candidatar a Igreja do Convento de Vila Cova do Alva e o que está aqui considerado é uma abordagem de visita, de criar as condições para preservar o que existe, de melhorar as condições de visita e, ao mesmo tempo também, tentar relançar – e por isso temos aqui neste processo também a Universidade de Coimbra, para tentar relançar as prospeções arqueológicas. Sobre a questão da rotunda, aquilo que se visa é melhorar ou acautelar as boas condições de acessibilidade ao novo equipamento de saúde. Sobre os montantes para os eventos da Juventude eu não fiz as contas, os montantes estão todos aí considerados no Orçamento e não lhe consigo responder de uma forma directa. Sobre os processos judiciais, fez aqui uma leitura muito adequada daquilo que são os processos judiciais. A apreciação que lá está, é a apreciação de cada um dos juristas que o acompanha e, portanto, aquilo que referiu aqui como conhecimento é exactamente o mesmo conhecimento que eu tenho, apenas isso. Dizer apenas e aqui tenho mais informação, sobre os processos relacionados com as faixas de gestão, deverão estar todos com uma antiguidade superior a 2 anos, que partiram de interpretação errónea da GNR, que nós não aceitamos, temos recorrido e já devemos estar para aí, talvez numa dúzia deles, de recursos. Subsistem ainda alguns, temos ganho todos, porque objectivamente, a GNR, nas ações de campo que está a fazer, está a ignorar aquilo que é o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, aliás, ironicamente, pois trata-se de um documento em que a GNR também participa. Já tive muitas oportunidades e fi-lo, no fundo, de censurar esta forma de trabalho da GNR quando vem para o



Assembleia Municipal

terreno ignorando aquilo que são os instrumentos de planeamento, criando depois estas camadas de custos judiciais para todos, sem qualquer resultado prático e partindo, objectivamente neste caso, de desconhecimento por parte da GNR.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Rui Matos, dizer que essa ideia que já referiu há pouco das estradas que nos levam e que também nos trazem, é quase como uma verdade à palaciana, é mais ou menos assim, mas é importante também nesta equação termos presente, quando falamos de estradas, que são as estradas que facilitam e que propiciam desde logo as actividades económicas e, portanto, quem produz em alguns territórios é mais beneficiado ou mais prejudicado se tiver ou se não tiver acesso às principais vias de comunicação do país e, portanto, nós queremos estar neste desafio de ter as nossas empresas com capacidade exportadora, com capacidade de vender para fora das fronteiras do nosso concelho e para isso a questão das estradas é absolutamente incontornável. Sobre o aspecto que referiu e que o fez de uma forma correcta, até quase do ponto de vista professoral, é aquilo que eu também já disse, é sim, é verdade, e eu digo, não é de hoje, nem de ontem digo há muitos anos, que estamos neste momento no país com um quadro financeiro para os municípios que os deixa absolutamente dependentes do acesso aos fundos comunitários. Isso não é uma descoberta de hoje ou de ontem e já tem muitos anos, por isso é que ainda no último fim de semana, sem excepção, no Congresso da Associação Nacional de Municípios, foi mais uma vez votada uma recomendação ao Governo, de alterar a Lei das Finanças Locais, porque é incompreensível que tenhamos municípios na órbita da grande Lisboa, em que o maior desafio e o maior problema que têm é não terem capacidade ou não terem forma de gastar ou de investir tanto dinheiro como é aquele que arrecadam - e na órbita da grande Lisboa não há nenhum município que não tenha mais de 100 milhões no banco, parados - e depois tenhamos a realidade do país, a grande maioria do país que efectivamente está sem capacidade financeira para fazer aquilo que eram alguns dos seus projectos e o panorama é muito simples. Eu assumi-o e volto aqui a dizer que, actualmente, com os instrumentos que existem, das duas uma, ou há capacidade para aceder aos fundos comunitários ou então, pura e simplesmente, não há capacidade para intervencionar o território. Quem não perceber isto, para quem não conhecer isto, ainda não percebeu o mar em que estamos a navegar; a generalidade dos autarcas do país já o perceberam, sabem bem que esta é uma questão crítica para o presente e para o futuro do país. Por isso, volto a dizer, a nossa reivindicação para alteração da Lei das Finanças Locais.--

-----Sobre a intervenção do deputado Christophe Coimbra dizer que eu, de certa forma consigo acompanhar a posição ou a opinião que a vereação da bancada do PS fez em reunião de Câmara; a bancada do PS disse que era um Orçamento repetitivo. Foi isso que o senhor aqui citou e, de facto, nessa matéria é repetitivo, repetitivo na grande capacidade de executar, repetitivo na grande capacidade de captar meios de investimento, repetitivo nesta grande capacidade de fazer. É isso objectivamente, que está materializado neste documento, aliás, fez essa leitura de



Assembleia Municipal

uma forma muito correcta, até também comparando com a realidade com outras realidades regionais. Temos bem noção daquilo que é a nossa responsabilidade e daquilo que é a nossa preocupação com o que estamos aqui a considerar neste Orçamento que resulta, volto a dizer, da capacidade que actualmente é crítica para a execução, a capacidade de aceder a meios financeiros, nomeadamente aqueles que são propiciados pelos fundos europeus. Volto a dizer que quem ainda não percebeu isso e quem ainda não percebeu que a capacidade de fazer, de 90 por cento dos municípios portugueses, está dependente da capacidade de aceder aos fundos comunitários, ainda não entendeu o mundo em que estamos actualmente a gerir os municípios do país. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para referir que “eu tenho que dizer que isso todos os anos, é sempre assim, porque estamos aqui a falar em orçamentos de 50 60, 70, até podíamos estar a falar aqui de orçamentos de 100 milhões. O que importa realmente para as pessoas é aquilo que é executado e vocês verifiquem o que é que foi executado no último orçamento, quando foi o maior orçamento de sempre. Quando a gente vai ver o que é que foi executado, não chegou a 20 milhões. Isso é que importa, o resto é o resto.”-----

-----Um Orçamento não é, nem pode ser, apenas um exercício contabilístico de equilíbrio entre receitas e despesas. É, acima de tudo, o documento político que revela as prioridades de um Executivo e a sua visão estratégica para o desenvolvimento do Concelho.”-----

-----O Orçamento para 2026 falha em apresentar uma análise socioeconómica consistente da realidade vivida pelos Arganilenses, marcada por incerteza no presente e crescente descrédito quanto ao futuro. Falta-lhe ambição, inovação e medidas estruturantes direccionadas aos jovens, à criação de riqueza, ao emprego, às empresas, aos agentes económicos e ao reforço do tecido associativo e institucional.”-----

-----Trata-se de um documento fechado, elaborado de forma unilateral pela maioria PSD, sem qualquer contributo da oposição, prática que, infelizmente, se tem repetido ao longo dos últimos anos.”-----

-----Constata-se ainda uma estratégia de inflacionar valores orçamentados para sustentar o discurso do “maior orçamento de sempre”, quando aquilo que verdadeiramente importa às populações é a taxa de execução real, que, ano após ano, fica muito aquém do previsto – aquilo que acabei de dizer.”-----

-----Após estes longos anos de governação, seria expectável um Plano inovador, diferenciador e ajustado aos desafios actuais. Contudo, o documento apresentado para 2026 é, essencialmente, uma reprodução dos anteriores, dependente de fundos europeus e com investimentos cuja concretização permanece incerta.”-----

-----Pelas razões expostas, a nossa bancada vota **contra** o Orçamento Municipal para 2026.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “eu queria dizer que esta tentativa de menorizar aquilo que é a capacidade de execução e concretização, esbarra depois na realidade, por melhor que seja a História. Ela, se não tiver adesão à realidade, depois fica desmontada pelos factos, é aquilo que aqui concretizamos ou aquilo que aqui demonstramos. Se entender que o investimento que está a acontecer na Escola Secundária de Arganil não é ambicioso se considerar que não é importante para a para a população o investimento que está a acontecer na Escola Básica 2.3 Mendes Ferrão, de Côja, se considerar que não é importante o investimento que está a acontecer na Habitação, se considerar que não é importante o investimento que está a acontecer na Saúde, bom, se tudo isso não é relevante, se isso não demonstra ambição, se a capacidade de execução, absolutamente ímpar, não significa nada, bom, nós estamos a reduzir efectivamente a política a um mero exercício demagógico que depois esbarra claramente naquilo que é a realidade. Aquilo que quero aqui, mais uma vez relembrar, é o montante de investimento, não é de projecto, nem é de ideias, o montante de investimento, sem paralelo, que está a acontecer hoje no nosso concelho, e que continuará a acontecer no próximo ano.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 9 votos contra, 4 abstenções e 17 votos a favor, aprovar a proposta do Orçamento para o ano de 2026 – GOP, Receita e Despesa, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----A senhora deputada **Sandra Duarte** apresentou a seguinte declaração de voto:-

-----"O meu sentido de voto resulta, desde logo, das condições em que a documentação foi disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal. A ordem de trabalhos apenas foi remetida após solicitação expressa e o acesso à plataforma municipal com a documentação de suporte que ocorreu em prazo manifestamente insuficiente, considerando a proximidade da sessão, o elevado número de pontos agendados e o volume da complexidade da documentação orçamental, superior a 195 páginas.-----

-----Embora os prazos regimentais possam ter sido formalmente observados, a verdade é que tal não garante, por si só, o cumprimento efectivo do disposto no artigo 15º, número 5 do Regimento, que exige que os documentos facultados permitam aos eleitos participar de forma informada, esclarecida e responsável na discussão e votação das matérias.-----

-----As circunstâncias descritas condicionaram objectivamente o exercício do meu mandato e inviabilizaram uma apreciação séria, comparativa e tecnicamente sustentada das opções orçamentais e estratégias propostas.-----



Assembleia Municipal

-----Não estando reunidas as condições mínimas para uma análise rigorosa e responsável de documentos desta relevância, e tendo sido solicitado, sem acolhimento, o adiamento do respectivo ponto da ordem de trabalhos, não me é possível assumir responsabilidades políticas por estas propostas, razão pela qual voto contra o Orçamento e as GOP para 2026. Obrigada.”-----

-----**VIGÉSIMO PRIMEIRO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação, das normas regulamentadoras de execução orçamental para o ano de 2026 – Regulamento de Execução Orçamental.-

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 30 votos, aprovar as normas regulamentadoras de execução orçamental para o ano de 2026 – Regulamento de Execução Orçamental, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO SEGUNDO:** Apreciação e votação, nos termos do nº 4 do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, na actual redação, da proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2026.--

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 30 votos, aprovar a proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2026, nos termos do nº 4 do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, na actual redação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO TERCEIRO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) da proposta de **Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais.**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 abstenção e 29 votos a favor, aprovar a proposta de Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais, nos termos da alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO QUARTO: Para conhecimento** – Alteração nº 21 ao Orçamento e Alteração nº 20 das GOP de 2025.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Alteração nº 21 ao Orçamento e Alteração nº 20 das GOP de 2025 (INF/506/2025).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO QUINTO: Para conhecimento** – Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Setembro e 30 de Novembro de 2025, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Setembro e 30 de Novembro de 2025, no âmbito da Autorização Prévia Genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (INF/777/2025).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO SEXTO: Para conhecimento** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da Situação Financeira do mesmo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Financeiro correspondente ao período de 01/01/2025 a 30/11/2025 e do Relatório de Actividades, correspondente ao período de 01/09/2025 a 30/11/2025.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para referir que “tinha-me dito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo que há um Mercado de



Assembleia Municipal

Natal, para o qual estão todos convidados. Desejo a todos um bom Natal e um bom ano.”-----

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram quinze horas e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----
